

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

PERCEPÇÕES DE ALUNOS E FAMÍLIAS AGRÍCOLAS
FRENTE AOS DESAFIOS NA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO
TÉCNICA NO IFRO CAMPUS ARIQUEMES

IZAQUEU CHAVES DE OLIVEIRA

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

PERCEPÇÕES DE ALUNOS E FAMÍLIAS AGRÍCOLAS FRENTE AOS
DESAFIOS NA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO TÉCNICA NO IFRO
CAMPUS ARIQUEMES

IZAQUEU CHAVES DE OLIVEIRA

Sob a orientação da Professora
Dr^a. Lia Maria Teixeira de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Abril de 2014

630.70981

O48p

T

Oliveira, Izaqueu Chaves de, 1976-

Percepções de alunos e famílias agrícolas frente aos desafios na trajetória de formação técnica no IFRO Campus Ariquemes / Izaqueu Chaves de Oliveira. - 2014.

52 f.: il.

Orientador: Lia Maria Teixeira de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2014.

Bibliografia: f. 41-47.

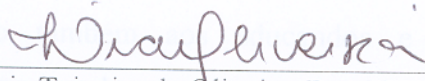
1. Ensino agrícola - Brasil - Teses. 2. Ensino profissional - Brasil - Teses. 3. Educação e Estado - Brasil - Teses. 4. Famílias rurais - Educação - Brasil - Teses. I. Oliveira, Lia Maria Teixeira de, 1957-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

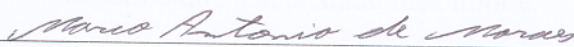
IZAQUEU CHAVES DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/04/2014.



Lia Maria Teixeira de Oliveira, Dra. UFRRJ



Marco Antonio de Moraes, Dr. UFRRJ



Maria da Conceição Calmon Arruda, Dra. FIOCRUZ

DEDICATÓRIA

Aos meus pequenos educandos das escolinhas rurais multisseriadas no município de Machadinho do Oeste, estado de Rondônia: Maria Vanderli de Moraes (linha C-4) Luiz Carlos Prestes (linha TB 17) e escola João Paulo II (linha LJ 10), todas já extintas. Todo o estudo tem inspiração nas vivências que atuei como aluno e professor dessa realidade.

Dedico também aos educandos e as famílias de agricultores participantes da pesquisa, que residem em Ariquemes e região, pela persistência, trabalho e amor a terra, que sonham e buscam superar os desafios que a sociedade lhes impõe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser a FORÇA superior de toda a minha caminhada e por ser razão de toda a minha existência.

Ao Instituto Federal de Rondônia, pela iniciativa e viabilização destes estudos em nível de pós-graduação.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por abraçar a causa da inclusão e ascensão dos profissionais da educação dos interiores deste Brasil na qualificação de pós stricto sensu.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA, na pessoa de seus diretores e coordenadores, Professores Drº Gabriel Araújo Santos e Drª Sandra Barros Sanchez, pela visão e coragem, fazendo dos seus estudos a sua própria prática social e filosofia de vida, permitindo que a Educação Profissional e Tecnológica brasileira se democratize e chegue àqueles que outrora eram impossíveis.

Ao Campus Ariquemes, na pessoa de seus diretores, e coordenadores Uberlando Tiburtino Leite, Osvino Schimdt, Leonardo José Pacheco Pires e Elsuênio Alves da Silva, pelo apoio depositado para o desenvolvimento e conclusão deste Estudo.

À professora Orientadora Lia Maria Teixeira de Oliveira, pelas orientações teóricas e metodológicas determinantes para a conclusão deste estudo, pessoa que admiro pela sua sabedoria singular e encantadora, que faz de sua vida a causa da população do campo.

À professora Márcia de Fátima Barbosa Corrêa, nobre colega pelas discussões e auxílio nos embaraços da construção deste estudo.

Aos colegas de quarto Gutemberg Germano da Silva e Claudinei de Oliveira, pelas discussões enriquecedoras, mas também pelas piadas e boas risadas!

À Ana Cristina, Ana Carla, Angelita, Aline, Antônio Ferreira, Antônio Henrique, Camila, Cristiane, Dioneia, Erasmo, Francisca, George, Iranira, Jackson, Juscelino, Juliana, Lucimar, Marliane, Miriam, Myrna, Rafael, Renato, Rosane, Ueliton, Victor Hugo, Viviane, colegas da turma 2012-I, do PPGEA- IFRO/IFAC/UFRRJ, pela amizade e companhia em todos os momentos.

A todos que me incentivaram, a minha gratidão.

BIOGRAFIA

IZAQUEU CHAVES DE OLIVEIRA, filho da senhora Mirtes Dias de Oliveira e do senhor Eliudes Cirino de Oliveira, nasceu em 25 de dezembro de 1976, na cidade de Itamaraju, no Estado da Bahia. Dos dois aos onze anos de idade viveu com sua avó paterna, em razão de ter nascido com início de paralisia infantil, o que requeria tratamento médico em outras cidades. Em consequência da doença, começou andar com quatro anos de idade. Apegou-se muito a avó, passando a viver com ela até os 11 anos de idade, quando então a mesma sofreu um acidente já morando em São Paulo. Seus pais, em 1985, alimentados pelos discursos políticos quanto a Reforma Agrária na Região Norte, veio para Rondônia, mas precisamente para o município de Ouro Preto do Oeste, em transporte segundo os nordestinos e nortistas, “pau de arara”, aventuraram-se em busca de terra para moradia e sustento da família. Anos depois, em São Paulo, sua avó sofre um acidente e mediante a esse fato não pôde mais cuidar-se sozinha, então, ela escreve para seu pai busca-lo. Já em Rondônia (RO) iniciou sua vida escolar aos 11 anos de idade, no ano de 1988, numa escolinha rural multisseriada¹, no município de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia. A escola oferecia aos filhos de agricultores, os anos iniciais do Ensino Fundamental (antigo primário de 1ª a 4ª série). Sua família não tinha condições financeiras para manter seus estudos, por essa razão parou de estudar. Por outro lado tinha que ajudá-los na roça. Em 1991, sua família mudou-se para o município de Machadinho do Oeste - RO onde adquiriu um lote pelo programa de Reforma Agrária. Anos depois retomou aos estudos, matriculou-se na Educação de Jovem e Adulto (EJA), pelo sistema modular, também chamado de supletivo, no qual estudava em casa e fazia as provas na cidade e assim concluiu o Ensino Fundamental. Na perspectiva de concluir o Ensino Médio, aos 18 anos de idade, mudou-se sozinho para cidade Machadinho do Oeste - RO. Trabalhava durante o dia e estudava à noite. Depois de seis meses foi demitido do emprego, no entanto logo conseguiu trabalhar durante a noite. Diante dessa mudança solicitou à escola, seu remanejamento para o período diurno, contudo esse pedido foi indeferido. Não conseguindo conciliar estudo e trabalho fez a opção de parar com os estudos, visto que precisara do serviço. Um ano depois voltou para casa dos pais. Em 1999 a Prefeitura Municipal de Machadinho do Oeste realizou um concurso público na área da educação para contratar monitores² em razão da carência de professores com formação na área. Fez o concurso para monitor escolar e por coincidência foi lecionar em uma escola multisseriada. Meses depois, a Secretaria Municipal de Educação em parceria com o governo do Estado de Rondônia lançaram o Programa de Formação de Professores, FÊNIX³. Em meio ao desenvolvimento, o Programa foi substituído por outro programa PROFORMAÇÃO⁴, ambos tinham a finalidade de habilitar professores para o exercício do magistério (já extinto) de nível médio. Sabendo da necessidade urgente de professores com formação superior, os governos: Federal, Estadual e Municipal firmaram convênio e implantaram o PROHACAP (Programa de Formação de Professores de nível superior). No município foram ofertados dois cursos: Licenciatura em História e em Pedagogia optou-se por pelo segundo curso, uma vez que estava diretamente ligado a sua área de atuação, os anos iniciais do Ensino Fundamental. Ainda cursando a graduação, iniciou a Pós-Graduação em Gestão Integradora: Direção,

¹ Escola multisseriada - Funcionava apenas com uma sala de aula com várias séries ao mesmo tempo e espaço;

² Monitores - Pessoas que lecionam sem formação docente;

³ Fênix – Programa de Formação de Professores Leigos;

⁴ PROFORMAÇÃO – Programa de Formação de Professores;

Orientação e Supervisão Escolar. Atuou como Supervisor Escolar de uma Escola Pólo⁵ Municipal de Ensino Fundamental e Médio Onofre Dias Lopes. Outro convite surgiu para atuar como tutor em EAD (Educação à Distância) nas turmas de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Norte do Paraná no Polo de Machadinho do Oeste, interior do Estado Rondônia, sendo que nessa instituição atuou durante quatro anos. Com o objetivo de atuar no Ensino Superior, cursou outra Pós-graduação lato sensu: Didática e Metodologia no Ensino Superior. Em paralelo trabalhou como tutor na Educação a Distância em cursos de licenciaturas de Pedagogia. Atuou também na Supervisão Escolar na rede pública de ensino nas esferas municipal e estadual. Em 2010 fez dois concursos públicos: Secretaria de Educação estado de Rondônia e Instituto Federal de Rondônia, para atuar na para o cargo de supervisor, e nos quais foi aprovado. Foi convocado de imediato no primeiro, assumiu e trabalhou até ser convocado para exercer o cargo de Supervisor de Ensino no Instituto Federal de Rondônia em junho de 2011. No início do ano de 2012, quando auxiliava a secretaria do campus na realização das matrículas, deparou-se com situação de angústia, em ver os pais, agricultores, que vinham realizar a matrícula de seus filhos... Contentes pela aprovação do filho no processo Seletivo, vendo no IFRO uma perspectiva de vida, porém deparavam com os desafios, por não terem condições de mantê-lo, na cidade, uma vez que o Campus, naquele momento, não dispunha de vagas na residência estudantil. Um mês depois, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, através do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), em convênio com o UFRRJ/IFRO/IFAC lançou o edital de mestrado em educação agrícola, percebe-se nesse momento a oportunidade de levantar tal problemática para a discussão acadêmica, em prol da população rural, historicamente desassistida.

⁵ Escola Pólo - ou escola núcleo- Situada na zona rural a qual atende alunos oriundos das extintas escolas multisseriadas.

RESUMO

OLIVEIRA, Izaqueu Chaves. **Percepções de Alunos e Famílias Agrícolas frente aos Desafios na Trajetória para a Formação Técnica no IFRO campus Ariquemes**. 2014.79f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

O presente estudo refere-se a um caso paradigmático que trata sobre a problemática da democratização da educação profissional agrícola brasileira. Partindo do pressuposto histórico de que no Brasil, ainda existe, a escola dualista e que a desigualdade de direitos, em termos práticos das atuais políticas educacionais, está tão camuflada em discursos e medidas legais que a torna imperceptível. Ao analisar as pautas dos grupos sociais e atores coletivos percebe-se que há morosidade quanto à formulação de políticas públicas no que tange ao acesso e permanência na educação profissional. Por outro lado percebe-se a grande procura pela formação técnica agrícola pela população rural. Porém o ingresso na educação profissional nas instituições públicas ocorre por processos seletivos, nos quais não é levada em consideração a realidade social bem como a formação escolar anterior do estudante oriundo do meio rural, quando este busca os mecanismos de ingresso. A pesquisa buscou revelar quais os desafios e as perspectivas de vida das famílias de agricultores que procuram os instrumentos da política de acesso e permanência do Instituto Federal de Rondônia, campus Ariquemes, como alternativa de formação pessoal e profissional. O grande impasse está em satisfazer os anseios de todos aqueles que dependem de uma escola pública, gratuita e de qualidade e que se tenham condições de acesso para todos. No tocante ao ingresso, o IFRO reserva 50% das vagas dos cursos técnicos em Agropecuária para filhos de agricultores (F.A.). A escolha pela problemática de pesquisa foi feita em função do ano em que tentamos o mestrado ser também um ano em que se acentuou a evasão, quando 40% dos candidatos inscritos e aprovados pelas vagas (F.A.), não efetuaram matrícula. Quanto à permanência, existem implicações que permeiam a instituição, cujo questionamento se fazem necessário: limitação das vagas de residências para meninos e falta de políticas afirmativas para atender para as meninas; falta de incentivos com bolsas de estudos aos alunos provenientes de famílias agrícolas; falta de acessibilidade das famílias à vida escolar de seus filhos, considerando os problemas decorrentes da distância dos familiares e amigos: evasão, baixo rendimento escolar, isolamento, fatores que poderão causar depressão, etc. Com base no esboço torna-se pertinente a análise desses fatores, tendo em vista a necessidade de se fazer uma investigação sobre as políticas afirmativas de atendimento aos filhos de agricultores. Para a realização desse trabalho optou-se pela abordagem qualitativa e quantitativa, com enfoque nos tipos de instrumentos do estudo de caso, enfatizando os referenciais bibliográficos e trabalho de campo, tendo como base empírica o IFRO/*Campus* - Ariquemes.

Palavras-Chave: Educação Profissional; Políticas Públicas de Acesso e Permanência; Família Agrícola..

ABSTRACT

OLIVEIRA, Izaqueu Chaves. **Life Perceptions of Students and Rural Families face the challenges in the trajectory for Technical Training IFRO campus in Ariquemes.** 2014. 79p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Agronomy Institute - Federal University of Rio de Janeiro, Seropédia, RJ. 2014.

This study Refers to a paradigmatic case that deals with the issue of democratization of Brazilian agricultural vocational education. We start from the assumption that history in Brazil, still exists, and the dualistic school that inequality of rights in practical terms the current education policy, is so cloaked in speeches and statutory measures making it unnoticeable. However When analyzing the agendas of social groups and collective actors is Perceived that there is slow in formulating public policies in terms of access and permanence in professional education. Moreover, it is noticed that vocational education is not universal. This process Reflects the marginalization of the peasantry in the educational context, since entering professional education in public institutions is by selection processes, in Which is not taken into account the social reality as well as previous academic training of students coming from the rural areas, When the search mechanisms of entry. The research sought to reveal what challenges and prospects of life for farm families seeking the tools of access and permanence of the Federal Institute of Rondônia, Ariquemes campus, an alternative to the personal and professional development policy. The major impasse is to satisfy the desires of All Those who depend on public, free and quality school and who are able to access for all. Regarding the ticket, the IFRO reserve 50% of seats in technical courses for children of farmers Agriculture (FA). The choice of the problematic research was done under the year in Which We try to be the master Also the year In which it stressed the avoidance even before registration of the Unified Process Selection in 2012/1, When 40% of candidates and approved by the waves (AF), have not made registration. The permanence is, there are implications that permeate the institution Whose questioning if Necessary make: limitation of places of residences for boys and lack of affirmative policies to cater for girls; lack of incentives with scholarships for students from farm families; lack of accessibility of households to school life of Their children, considering the problems Arising from the distance from family and friends: avoidance, poor school performance, isolation, that factors may cause depression, etc.. Based on the sketch passe worthwhile to analyze these factors in view of the need to make a research on affirmative policies for service to children of farmers. To conduct this work we opted for a qualitative and quantitative approach, focusing on the types of instruments case study, Emphasizing the bibliographic references and fieldwork, empirically based on the IFRO Campus Ariquemes.

Key words: Vocational Education; Public Policy Access and Retention; Family Farm

LISTA DE QUADROS.

Quadro 1 - Programas de Política de Assistência Estudantil do IFRO.....	24
Quadro 2 - Perfil do aluno participante da pesquisa.....	29
Quadro 3 - Perfil do membro da família, participante da pesquisa.	29

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Vista área do Campus Ariquemes	27
--	----

LISTA DE ABREVIACÕES, SIGLAS OU SÍMBOLOS.

AIE – Aparelho Ideológico de Estado

C.F - Constituição da República Federativa do Brasil

CONSUP – Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

CEPLAC - Comissão Executora do Plano da Lavoura Cacaueira

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ESCOLA POLO – Nucleação de escolas multisseriadas na zona rural

EMARC - Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC

EMATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural

IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia

IFs - Institutos Federais

IFAC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PAE – Política de Assistência Estudantil

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos

PRONCAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo

PROFORMAÇÃO - Programa de Formação de Professores

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

REPAE - Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil

UFRRJ-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMARIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO I DO CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL À REALIDADE ATUAL.....	3
1.1 Educação Rural: Conceitos e Contradições	3
1.2 Questões Epistemológicas e Históricas entre Educação Trabalho	5
1.3 Contextos Históricos da Educação Brasileira	9
2 CAPÍTULO II DO ENSINO AGRÍCOLA: LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	15
2.1 Legislação da Oferta do Ensino Agrícola no Brasil	15
2.2 Políticas Públicas Para o Ensino Agrícola no Brasil de 1990 a 2014.....	18
2.2.1 As Ações Afirmativas de Acesso e Permanência no Âmbito do IFRO Campus Ariquemes.....	20
3 CAPÍTULO III DA METODOLOGIA DA PESQUISA.....	25
3.1 Metodologia da Pesquisa	25
3.2 Contextualização do Local da Pesquisa.....	26
3.3 Participantes da Pesquisa	28
3.3.1 Dos alunos:.....	28
4 CAPÍTULO IV PERCEPÇÕES DE ALUNOS E FAMÍLIAS DE AGRICULTORES NO INGRESSO E PERMANÊNCIA NO IFRO CAMPUS ARIQUEMES	31
4.1 Participantes: Alunos	31
4.2 Participantes: Membros da Família	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
7 ANEXOS	48
Anexo 01 -- Questionário perfil censitário- alunos	49
Anexo 02 -- Questionário perfil censitário – membro da família	50
Anexo 3 – Roteiro de entrevista com Alunos (Flexível)	51
Anexo 4 – Roteiro de entrevista com membro da família (Flexível)	52

INTRODUÇÃO

Um dos casos paradigmáticos que trata a problemática da educação brasileira na atualidade parte do pressuposto histórico de que no Brasil, ainda existe, uma escola dualista. A desigualdade de direitos, em termos práticos está tão camuflada que não a percebemos, mas basta analisar os grupos sociais para vermos que, de fato, não há educação para todos ou pelo menos não é ofertada de forma igualitária. O caso em questão refere-se a uma educação de qualidade com equidade, a qual permite ao educando da classe trabalhadora do campo, progredir em sua vida pessoal e profissional.

Diante das relações sociais na sociedade brasileira, é notório que há escola destinada à classe dominante e escola à classe trabalhadora. Nesse sentido busca-se evidenciar que a educação escolar, sempre foi e continua sendo uma prática social passível de inúmeras discussões.

Nesse contexto torna-se imprescindível, entender que a educação é um direito público e subjetivo prescrito na legislação brasileira. Quando se nega o direito básico na formação do indivíduo, nega-se não apenas o desenvolvimento do indivíduo, mas dos grupos nos quais estão inseridos e conseqüentemente de toda uma sociedade.

No que diz respeito ao aprofundamento dessa discussão, coube uma ‘aproximação do pesquisador com os estudos que situam a educação nos princípios liberais universais, onde esta sendo um direito público para todos os cidadãos, a mesma deve ser objetivada na legislação principalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB), no Plano Nacional de Educação (PNE), e na Constituição Brasileira.

Quando se nega o direito fundamental que faz parte da socialização do indivíduo para o exercício da sua cidadania, nega-se não apenas o seu desenvolvimento cognitivo e cívico, mas nega a capacidade de se desenvolver política e socialmente, no sentido deste se posicionar diante dos grupos sociais que o receberão na sociedade.

Não é raro ouvir os motes de “escola para todos”, “escola democrática”, “escola cidadã”, etc. São discursos normalmente partidários, que soam com facilidade na retórica das promessas de campanhas e que pouco se materializam como medidas democráticas efetivamente destinadas a todos.

A educação profissional agrícola, de nível médio, difere em termos legais da democratização da educação básica, a qual preconiza a obrigatoriedade da oferta, por parte do Estado. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº 9394/96 em seu artigo 39, parágrafo único está posto que: o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a “possibilidade de acesso à educação profissional”. (grifos meu).

Diante dessa assertiva percebe-se que o ensino profissional, não é tido como obrigatório, e com isso, nota-se a não responsabilidade por parte do Estado na oferta, de forma democratizada. No entanto, é perceptível o grande interesse por parte da classe trabalhadora, sendo visível uma disparidade entre oferta e demanda como forma de ingresso, nesse mote ocorre a seletividade. As vagas nas instituições públicas são limitadas, sendo promovidos os processos seletivos para o ingresso nos cursos de ensino técnico profissional de nível médio.

Tomando como exemplo a forma de ingresso do estudante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), que ocorre mediante Processo Seletivo Unificado (PSU). Nesse contexto, no PSU de 2011, o campus Ariquemes, abriu 80 vagas para o curso técnico em agropecuária e obteve um total de quatrocentos e vinte e quatro (424) inscritos, desse montante, cento e vinte e cinco (125), inscreveu-se pelas

ações afirmativas destinadas ao filho de agricultor familiar (F.A). Desse total, quarenta (40) foram convocados, sendo que apenas vinte e quatro (24) ingressaram.

Tal grande problemática consiste na preparação escolar dos estudantes. Percebe-se que nem todos tiveram as mesmas condições educacionais e socioeconômicas de estudo para responder aos processos seletivos mediados pelo arbitrário cultural⁶.

Partindo destas assertivas, há urgência de desenvolver estudos que buscam apresentar as percepções de alunos e famílias agrícolas frente aos desafios na trajetória da formação técnica, no campus Ariquemes, principalmente no que se refere ao ingresso e permanência. Uma análise sobre essa temática nos remete ao aprofundamento teórico e prático da educação, e assim compreender o nível de distanciamento entre as políticas públicas, mediante o que preconiza a legislação, no que tange a oferta do ensino profissional e sua a demanda.

Reaver e compreender a realidade da educação rural é essencial para trazer a discussão diante dos desafios do agricultor familiar para garantir objetivamente que o seu filho construa uma trajetória de formação profissional agrícola.

A pesquisa foi realizada sistematicamente em bases qualitativas na interpretação dos dados que, por conseguinte, propiciou a estruturação da dissertação em quatro capítulos, a saber: No primeiro apresenta-se o contexto histórico da educação no Brasil. No segundo apresenta um recorte histórico do ensino agrícola no que tange a legislação e as políticas públicas. No terceiro compreende toda a contextualização e os instrumentos metodológicos para realização da pesquisa. Por fim, no quarto capítulo são demonstrados os resultados da pesquisa, espaço em que foram apresentadas as percepções dos participantes, interpretadas a luz do esboço teórico e/ou análise documental.

⁶ Compreende-se como sendo produções simbólicas baseadas em conhecimentos que são determinantes - estruturados para serem instrumentos de dominação ideológica para legitimar os bens culturais e materiais de uma classe elitizada sobre a outra.

1 CAPÍTULO I

DO CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL À REALIDADE ATUAL

Neste capítulo busca-se retratar a desigualdade educacional, que historicamente está presente nos processos educativos brasileiro. A dualidade educacional colocou a classe trabalhadora rural à margem do desenvolvimento humano e social e de possibilidades de lutar contra as desigualdades e injustiças.

O texto enfatiza que a população trabalhadora do meio rural foi pouco contemplada pelas políticas públicas educacionais vez que a concepção vigente na sociedade brasileira considera desnecessária ao trabalhador rural o acesso à educação propedêutica; a população brasileira ainda mantém a ideia, a qual para se trabalhar com e na agricultura, nos processos de produção do setor primário não se necessita estudar a ciência, mas sim a técnica.

1.1 Educação Rural: Conceitos e Contradições

Tomando em consideração a concepção da relação entre educação e trabalho no meio agrícola, no decorrer da história foram se tornando antagônicos na compreensão humana a formação do indivíduo.

Segundo Rodrigues (2009) o distanciamento entre o meio rural e meio urbano ocorre a partir da transição do feudalismo para o capitalismo, na qual as cidades (vilas) começam a exercer predominância nas atividades econômicas, visto que o sistema capitalista no momento era essencialmente comercial e a comercialização, isto é, espaço à produção, ao acúmulo de bens e capital, resultando, portanto em lucro. Em outras palavras Nascimento (2009) afirma que a educação é entendida nesse contexto como mercadoria, o que foge totalmente de sua essência de formação para cidadania para ser uma socialização aos moldes de um sistema ou padrão de economia de mercado. Assim surge uma nova realidade, em meio às transformações das relações econômicas que, conseqüentemente, também muda as relações sociais, culturais e políticas.

Como Plank (2001) destaca as políticas públicas educacionais para o meio rural não era prioridade para o Estado, pois, já havia o entendimento que o progresso viria somente da zona urbana, assim a educação não era prioridade para os jovens e adultos do campo porque para eles o trabalho sempre foi fator de sobrevivência e forma de organização social. Fator que também é discutido por Arroyo (2007 apud PLANK 2001) quando destaca que o meio rural a partir do surgimento do capitalismo começa a ser visto como um lugar de atraso cuja realidade precisa ser superada, que por esse motivo não deveria haver políticas sociais e educacionais. Ao passo que a prioridade seria então o meio urbano, visto que este representava e representa no ideário nacional como o lugar do progresso.

Quando se pensa em educação rural, a primeira imagem a visualizar é a escola multisseriada, na qual é ofertado o ensino primário aos filhos dos trabalhadores rurais e ainda a profissionalização de caráter mais prático. De fato, esse tipo de educação perdura até atualidade nas propostas, por exemplo, do PRONATEC⁷.

⁷ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

As primeiras escolas rurais, mantidas pelo governo de acordo com Santos (2010) surgiram na década de 1910, decorrentes das discussões acerca do direito à educação, no sentido em que a população rural precisa de instrução como saber ler e escrever. Porém, os reais propósitos dos governos era fixar a população rural em seu meio, uma vez que decorria um processo migratório. Outro fator também era motivador da migração rural - cidade. Lisboa (2004 p.86) esclarece que:

Os fatores que levaram a população a optar pela migração estavam associados às “[...] mudanças na estrutura agrária e no desenvolvimento econômico das cidades de cada região”. As cidades exerciam atração sobre a população residente no campo e também se verificava a estagnação das relações de trabalho no campo em face à modernização da agricultura.

Vale acrescentar que a própria população do campo incorporava a ideologia de que o meio rural era lugar de atraso, tradicional, sendo a cidade lugar do desenvolvimento, do progresso, por isso o interesse em ir para a cidade. Rodrigues (2009, p.49) aponta ainda como fatores motivados do êxodo rural, o desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil após a II Guerra mundial.

A grande crise instalada no meio rural devido à queda na produção agrícola ocasionou o êxodo rural em massa. Duas situações são apontadas por Leite (2002) para justificar o êxodo rural na década de 1960: “a primeira, atendimentos sociais no campo de forma precária e ineficaz (setor de saúde, educação, habitação, transportes etc.), a segunda, a questão do Estatuto do Trabalhador Rural aprovado em 1962”.

O Estatuto do Trabalhador Rural, segundo Rodrigues (2009) tinha como objetivo, a proteção dos direitos dos trabalhadores rurais, conferindo benefícios legais, que antes não possuíam. Com isso os proprietários rurais começaram a dispensar os trabalhadores obrigando-os a buscar a emprego na cidade.

Com o inchaço da população na cidade, uma vez que não havia emprego e, por outro lado os migrantes não detinham qualificação, começaram a surgir problemas sociais urbanos. Com isso foram se formando os “bolsões populacionais empobrecidos nas periferias das cidades e a aceleração do processo de pauperização da população trabalhadora campesina” (RODRIGUES, 2009 p. 49-50).

A partir desse contexto, na tentativa da retomada da população ao meio rural e também manter a população que ainda estava no meio rural surgem os programas educacionais, tais como Semanas Rurais; Clubes Agrícolas; Aldeia Rural; Serviço Social Rural. Segundo a autora esses programas educativos marcaram o país. No entanto, apesar de toda a discussão voltada para a problemática em consequência do êxodo rural, o ensino rural não foi levado em consideração.

Essas escolas, conforme Santos (2010), mesmo estando no meio rural seguiam os princípios urbanísticos. Mas, o que estava posto era a intenção de urbanizar o meio rural, visto que toda a ideologia e as práticas pedagógicas seguiam o cotidiano do meio urbano. A esse respeito, Arroyo (2007 apud SANTOS 2010 p 09) enfatiza que,

As políticas educacionais e sociais têm visado privilegiar as demandas das cidades e dos cidadãos urbanos como protótipos de sujeitos de direito, tendo a cidade como local da civilização, da sociabilidade e da expressão política, cultural educativa, um exemplo a ser seguido, e o campo como lugar do atraso, do tradicionalismo cultural, uma realidade que precisa ser superada.

Pinto (1981, p. 98) fala que a escola rural tem que mudar radicalmente e aponta três princípios:

Primeiro - a escola rural deve deixar de ser a agência especializada para crianças, e passar a atender os adultos, com toda a riqueza de suas formas e conteúdos próprios em função da realidade rural; Segundo - a escola rural deve deixar de ser uma agência da sociedade urbana, e transformar-se em uma agência educativa da comunidade rural; Terceiro - a escola deve mudar seus métodos de trabalho, fundamentando sua ação na participação real da comunidade, em todos e em cada um dos aspectos educativos: diagnóstico, planejamento, execução e avaliação.

Articulado a esse pensamento, percebe-se que as poucas políticas destinadas à educação rural estão desvinculadas dos propósitos da população camponesa, quando então começa a formação de movimentos sociais contrapondo a ideologia educacional, reivindicando os direitos sociais como também o direito às políticas educacionais diferenciadas à população camponesa. As reivindicações e manifestações se arrastaram e culminaram com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que por ato legal preconiza a educação como um direito público social e subjetivo.

1.2 Questões Epistemológicas e Históricas entre Educação Trabalho

Para expor a dicotomia entre trabalho e educação em sua dimensão epistemológica, histórica, sociológica e política, torna-se fundamental compreender o materialismo histórico – dialético concebido por Marx e Engels, em sua obra Manifesto Comunista, (1848). Tal concepção, embora seja prescrita há mais de dois séculos está presente na atualidade.

Marx e Engels (1999) elencam dez medidas, que de acordo com as suas concepções, são fatores fundamentais para uma sociedade se desenvolver de forma igualitária. Destas, destacam-se três, sendo elas:

Trabalho obrigatório para todos, organização de exercícios industriais particularmente para a agricultura; Combinação entre trabalho e educação, medidas tendentes a fazer desaparecer gradualmente a distinção entre cidade e campo; Educação pública e gratuita obrigatória de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação de educação como modo de produção material. (MARX e ENGELS 1999 p. 42-43).

Diante do exposto pelos autores, percebe-se que o trabalho está intrínseco nas atividades educativas do indivíduo. Nesse viés, entende-se, portanto o trabalho como princípio educativo.

Nessa perspectiva, Freire (2002) contribui destacando que o indivíduo aprende à medida que se desenvolve e se desenvolve, à medida que aprende. Portanto, educação e trabalho deve ser complemento um do outro, visto que o trabalho assim como a educação, conforme Frigotto (2006 p 258) “não se reduz à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana”. Partindo desse princípio vê-se que o trabalho aparece como atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida em sua dimensão mais crucial.

Ciavatta (s.d.) entende que deve haver relação entre o trabalho e a educação quando se trata da formação do caráter formativo e humanizador, permitindo o desenvolvimento de todas as potencialidades do indivíduo. A autora coloca uma questão fundamental: o trabalho não pode ser alienante e embrutecedor do indivíduo, mas fazer parte do processo educativo, no que concerne a formação humana.

De modo geral, todo conhecimento existente foi criado, interpretado, simbolizado pelo homem. Tais conhecimentos sejam eles de caráter religioso, político, educacional, etc. foram criados em diferentes épocas e lugares, de acordo com suas necessidades.

O homem através de sua força de trabalho modifica a natureza e também se modifica. Gasparim (2005, p.4) afirma que: “todavia, não apenas a realidade material e ação do homem sobre ela dão origem ao conhecimento humano. Enfim, é a existência social dos homens que gera conhecimento”.

Saviani (2005) destaca que todo trabalho humano deve ser entendido como um princípio educativo. Logo, tal existência é concebida pelas ações pensadas pelo homem, visto que, para mantê-la, tornou-se preciso vencer os obstáculos, daí a importância de entender o trabalho como ponto inicial para o desenvolvimento humano.

Por isso torna-se necessário trazer à tona a concepção do materialismo histórico-dialético, defendido por Marx, nesta corrente, segundo o teórico, a sociedade está dividida em classes.

O materialismo histórico – dialético de acordo com Marx e Engels (1999) parte do princípio que a raiz de todos os problemas vividos pela sociedade deve-se às questões econômicas. Para Saviani (2005), a sociedade evoluiu, e a partir desse processo é possível entender a formação da sociedade em classes, isto é, pela exploração do homem com o homem, e, em consequência, tornou-se dividida entre trabalhadores e patrões. Para o autor, está posto a luta de classes, “uns opressores e outros oprimidos”.

O autor prossegue dizendo que a sociedade capitalista por ser constituída de diferentes classes, gera, em suas bases, sua própria estrutura, composta de mecanismos legais e jurídicos que possibilitam a continuidade de uma visão restrita ao seu próprio mundo. Para Lima (2007, p. 05) “em relação à educação, o modelo neoliberal pode ser visto como uma tentativa de ataque à educação pública, no sentido de que a intervenção do Estado nessa esfera se traduz em perdas para a população”. Em outras palavras, o que está posto nada mais é que o entendimento da educação como mercadoria, e como tal, gerar capital, isto é, promover lucros. (Caprio e Lopes (2000, p. 2) reforçam dizendo que “No discurso capitalista, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança”).

Ao analisar tal estrutura, constata-se que mesmo com a democratização do ensino público ainda não é possível que todos os indivíduos possam concretizar seus sonhos e seus objetivos, e, romper com o senso comum de que filho de doutor, sempre será doutor e filho de operário sempre será operário.

Brandão (1995 p.84) reflete ao destacar que: “A educação é hoje considerada como um fator de mudanças: um dos principais instrumentos de intervenção na

realidade social com vistas a garantir a evolução econômica e a evolução social e dar continuidade à mudança no sentido desejado”.

Na educação brasileira é notória a supervalorização da educação das elites que na forma escolar em que está institucionalizada tem desconsiderado os processos socioculturais de diferentes conceitos de educação existentes no país, tais como a educação indígena, educação quilombola, educação do campo, entre outras.

Tal fator agrava-se quando acontece o ingresso dos referidos de estudantes desses “diversos modelos de educação” à universidade e ao mercado de trabalho. Nesse ponto pode-se questionar onde está a garantia de educação e acesso ao mercado de trabalho para todos, conforme preconiza a legislação? De acordo com Nogueira (1993) a classe dominante tem elaborado planos e programas que atendem superficialmente os modelos de educação necessários à classe trabalhadora, valorizando a educação elitista.

Neste sentido, sob a justificativa de “boa vontade” por parte da classe dominante evidencia-se o discurso de uma “educação para todos”, deixando transparecer que “o ato de ser educado torna-se um privilégio de quem a recebe”, de acordo com Brandão (1995, p. 83). O autor ainda destaca que, a educação também é fator transformador, e como tal afirma:

Associar “educação” a “mudança” não é novidade. Tem sido um costume desde pelo menos as primeiras décadas do século. Mas só pouco mais tarde, quando políticos e cientistas começaram a chamar a “mudança” de “desenvolvimento”... É que foi lembrado que a educação deveria associar a ele também... A educação deixa finalmente de ser vista como um privilégio, um direito apenas, e deixa também de ser percebida como um meio apenas de adaptação da pessoa à mudança que se faz sem ela, e que apenas a afeta depois de feita.

Diante do posicionamento do autor, é importante destacar que no decorrer da história, a educação foi idealizada como algo aquém à classe trabalhadora e para romper as barreiras da ignorância e sair desse patamar de inferioridade, é importante que a educação promova mudanças, no sentido de privilegiar “todos” a desenvolver-se e alcançar altos níveis de conhecimento.

De acordo com Saviani (2005, p. 22) a classe dominante tem buscado manter-se no controle, amparada pelo Aparelho Ideológico do Estado (AIE). O AIE na educação é lugar de instrumento de equalização social constituindo um mecanismo construído pela burguesia para garantir e perpetuar seus interesses.

A classe dominante em todo o contexto histórico e social tem afirmado, nunca subestimou a classe dominada, todo entrave foi posto para que a educação não fosse, de fato, efetivada, ou chegasse de forma limitada. A classe dominante, ora assumida pela igreja, nobreza e burguesia, teme à perda do controle do conhecimento e à evolução intelectual dessa classe, por essa razão sempre se buscou justificativas injustificáveis pela não oferta de uma escola pública de qualidade, como expõe Nogueira (1993, p. 73) “a uma burguesia sempre foi temerosa dos efeitos “perigosos” da formação dos trabalhadores, em particular a constituição e/ou difusão de ideias”.

Com o pressuposto de que, à classe trabalhadora, não é oferecida uma boa educação, devido à falta de recursos quer seja financeiro, quer seja humano. Demo (1981) afirma que o pensamento elitista acredita ser um “gasto” investir em educação para que a classe trabalhadora, o que seria praticamente inviável, para o padrão da elite capitalista, o que prevalece é a qualificação de mão-de-obra.

A classe trabalhadora, segundo Nogueira (1993, p.73), sempre obediente e conformada com a injustiça, a qual é submetida, aceita a educação que lhe é imposta e ainda agradece a “educação gratuita”. Em outras palavras, o que se prega é que, boa ou ruim, a escola é de graça, uma vez que acreditam que com a força do seu trabalho jamais teriam condições de custear escola para seus filhos.

Demo (1981) afirma que para a classe trabalhadora é designada um arremedo de educação posta como modelo Ideal. O autor afirma que, para essa classe resta apenas um reflexo do real. Muito aquém do modelo ideal de educação, valorizado pela elite e preconizado pela legislação. O pensamento elitista firma-se no entendimento de que compete a classe trabalhadora a mão-de-obra, sem muita qualificação uma vez que sua necessidade é urgente.

Dessa forma, não é necessário aprender mais que um pouco de letras. Essa precariedade da educação brasileira é questionada por Demo (1981, p. 199) sendo chamada por ele de “subeducação”. “Em outras palavras, entende-se como a oferta de serviços educacionais, à classe trabalhadora não tem sido de qualidade, ocasionado, em termos práticos, as disparidades vigentes”.

A classe dominante limita-se em oferecer à classe trabalhadora, apenas algumas instruções das mais variadas possíveis, mas sempre inferiores as suas. Assim procura harmonizar as relações sociais, no intuito de transparecer que todos detêm certo nível de educação que atenda as expectativas de formação pessoal e profissional. No entanto a educação de qualidade, de fato, fica restrita a classe dominante, que deverão ser educados, com o propósito de dominar e controlar as camadas populares, ditando e reproduzindo o modelo de educação a ser idealizado.

No contexto do sistema capitalista, quando se pensa em escola pública, sempre vem à tona que a clientela é a classe trabalhadora. Na prática, numa escala decrescente, pode ser percebida a existência de tipos diferenciados de escola pública, a saber: a escola de qualidade, mas que, somente a elite pode usufruir, pois ignora o fato de ser escola pública e prende-se aos requisitos avaliativos como forma de ingresso, como “processo seletista”, fundamentando no ensino instituído por uma escola elitista.

A escola pública urbana, destinada à classe operária urbana, apresenta precariedade desde a infraestrutura aos recursos materiais e humanos, mas que mesmo com todas as mazelas, está próxima de casa. Por fim, a escola pública rural destinada à população rural, por sua vez, apresenta vários fatores implicantes do desenvolvimento do ensino, que vai desde a distância da casa/escola à precariedade de infraestrutura das escolas e escassez de recursos materiais e humanos em maior proporção que em alguns aspectos já foram superados pela escola pública urbana.

Conforme Plank (2001), os estudantes da área rural, filhos de agricultores familiares ou trabalhadores da agricultura são os marginalizados do processo educacional, haja vista que a legislação brasileira preconiza a igualdade de direitos, mas o que se percebe é nem todos possuem as mesmas oportunidades, no que tange a formação quer seja pessoal quer seja profissional.

Demo (1981) complementa dizendo que o contexto é muito mais grave do que aparentemente está posto. Para o autor a subeducação coloca a população rural às margens da educação, visto que o modelo de educação recebida não condiz com sua realidade. (idem. 1981) Ressalta que: “O risco de subeducação é maior no caso da educação rural, porque a probabilidade de migração para a cidade.” Tal fator se apresenta preocupante, uma vez que desencadeia uma ruptura no convívio familiar e social.

Nesse contexto não se pode discutir o acesso e permanência na educação brasileira, sem antes refletir, ainda que de forma exaustiva, sobre o modelo de

desenvolvimento socioeconômico do país, com o objetivo de lançar um olhar mais amplo sobre a sociedade brasileira.

A discussão da formação profissional técnica e, em particular a formação agrícola é oportuna no momento em que a educação profissional passa por uma reconfiguração. Tal olhar deve nos permitir enxergar não apenas as partes, mas o todo e as inter-relações existentes.

1.3 Contextos Históricos da Educação Brasileira

Partindo do contexto histórico da educação brasileira, Ribeiro (1992), destaca que uma trajetória é marcada por grandes fases ou períodos: jesuítas, pombalino, imperial e republicano, embora característicos possuam traços em comuns em suas estruturas filosóficas e ideológicas.

As concepções de educação jesuíta consistiam em obter o domínio das “novas terras”, portanto era necessária a obediência e apoio dos povos nativos (índios), já que pisavam em terras desconhecidas, para tanto se deu início ao processo de catequização. A autora retrata que havia um regulamento do governo português afirmando que no processo de colonização, os colonizadores deveriam inculcar a catequese e a instrução ao indígena, segundo a doutrina católica.

Percebe-se que o processo catequético tinha como viés, a submissão dos povos nativos, para que os propósitos dos colonizadores fossem atingidos. Ribeiro (1992, p. 19) argumenta que:

Por outro lado havia um primeiro plano educacional elaborado pelo padre Manuel de Nóbrega, um dos membros da Companhia de Jesus que além da intenção de catequizar o indígena, como determinava o regimento português, percebe-se também a necessidade de incluir os filhos dos colonos, uma vez que naquele instante eram os jesuítas, os únicos educadores de profissão que contava com significativo apoio real na colônia.

Nesta perspectiva, havia dois princípios ideológicos: o plano do governo português que tinha como objetivo a submissão dos índios para a exploração de suas terras e o plano dos jesuítas que além de atender aos propósitos da metrópole buscava instruir os índios como também aos mamelucos, órfãos, filhos de colonos brancos pobres, visto que interessava para a Igreja, a expansão do catolicismo. O ensino funcionava de forma de internato, sendo assim, acabava por exercer forte influência sobre a educação.

Os jesuítas expandiam suas atividades catequéticas e instrutoras avançando, ao ponto de transformarem-se na única força capaz de influir no poder dos senhores de engenhos. Ribeiro (1992, p. 15) mostra que o ensino jesuíta passou a ter prestígio social junto aos colonizados, o que representou ameaça a coroa portuguesa.

O governo imperial brasileiro, temeroso da perda de seu poder, articula para romper com o ensino jesuítico. Para tanto usa como justificativa organização do ensino público brasileiro e para tanto dois fatores foram postos como empecilho para a permanência dos jesuítas: conservação da fé cristã e que os jesuítas educavam o cristão a serviço da ordem cristã e não da sociedade. Por esses fatores os jesuítas deveriam deixar a Colônia.

Portugal estava em declínio. A colônia começava a questionar os atos discriminatórios da metrópole e sua política fundamentada no Eurocentrismo, visto que

os governantes eram da corte portuguesa, os quais atendiam aos interesses da corte. Na questão econômica, eram cobrados impostos absurdos sem estímulo ao desenvolvimento da Colônia.

A partir da expulsão dos jesuítas é implantado o ensino público laico, Ribeiro (1992) afirma que o ensino financiado pelo Estado para o Estado e não mais para a Igreja. Teoricamente o plano educacional apresenta-se como um avanço.

A orientação era formar o perfeito nobre, agora negociante, simplificar e abreviar os estudos, fazendo com que um maior número se interessasse pelos estudos de ensino superiores; propiciar aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica; tornar mais práticos e possíveis. (RIBEIRO, 1992, p. 34).

No entanto, o governo português enfrenta duas grandes dificuldades, a primeira é a que perdura até atualidade, a falta de recursos financeiros, visto que Portugal passava uma crise econômica e política e a herança de princípios filosóficos, ideológicos e métodos pedagógicos dos jesuítas.

Nesse contexto, Rodrigues (2009) enfatiza que a sociedade brasileira evidenciava-se o fracasso do ensino público, que mal começava tendo o ensino rural era totalmente desvinculado dos problemas da realidade. Os fins da educação destinavam apenas para os filhos daqueles que detinham condições financeiras, e assim mandavam para os centros europeus. Para classe trabalhadora, filhos dos colonos pobres, restavam apenas à instrução primária custeada pelos donos das propriedades.

Assim, a reforma educacional de Pombal, tinha uma intenção política que, de fato, era educacional. A elite colonial começa então a enviar seus filhos (homens) para o exterior. Esse fator foi determinante para articulação política colônia x metrópole, visto que os filhos retornavam da Europa com ideais revolucionários.

Nesse contexto, o ensino imperial estruturou-se nos seguintes níveis: primário, tido como nível elementar; secundário destinado à docência, ou aulas régias. Houve também a criação de outros cursos de nível técnico, tais como técnico em agricultura, em economia e em indústria. Ribeiro (1992, p. 40) aponta dois aspectos positivos:

A colônia passava a ser a sede do governo português, o que motivou o desenvolvimento social e econômico e uma representação política mais forte e a ruptura, mesmo que não total do ensino jesuítico, visto que novas ideias poderiam ser concebidas no campo educacional.

Ribeiro (1992, p. 65) comenta que a classe média embora evoluísse nos termos econômicos, ainda não possuía prestígio social. Ambas almejavam um governo brasileiro e acreditava que o sistema republicano, naquele contexto seria o mais confiável para garantir os seus direitos. Outra classe que se aliou à burguesia que obteve êxito foi a militar.

O governo imperial brasileiro já não atendia as demandas sociais e políticas da Colônia que cresciam tanto nos aspectos econômicos quanto nos aspectos sociais. Ribeiro (1992, p.65) diz que:

O crescimento acelerado da camada e a participação de seus elementos na vida pública através das atividades intelectuais, militares (exércitos) e mesmo religiosas criam condições de expressão de seus interesses mais amplos como o de participação no aparelho de Estado.

As duas últimas décadas do Império são pontilhadas por “questões” dos escravos, eleitoral, política, militar e/ou religiosa, que demonstram claramente que o regime não atendia as aspirações de um setor importante da população no final do século XIX.

Cabe analisar que as condições sociais, econômicas e políticas que foram bases para a instalação da República, não mudaram de uma hora para outra, apesar da mudança do regime político – administrativo no dado contexto. Pelo mesmo viés, cabe ressaltar que, havia uma diversidade regional, o que interferia na composição política e administrava em toda a federação. O Brasil passava por inúmeras Revoltas com princípios de patriotismo e por essa razão várias oligarquias regionais articulavam-se em prol do declínio do sistema político monárquico.

Ribeiro (1992) vai nos dizer que essa centralização é uma das razões para se instalar uma dualidade na organização do ensino escolar, através da constituição 1891.

- a) União competia privativamente legislar sobre o ensino superior na Capital da Republica, cabendo-lhe, mas não privativamente, criar instituições de ensino secundário nos Estados e promover a instrução no Distrito Federal:
- b) aos Estados se permitia organizar os sistemas escolares, completos; [...] (Azevedo 1944, apud Ribeiro, 1992 p. 67).

Outro ponto pertinente no esboço é a influência da corrente de pensamento positivista como base na organização escolar, no entanto tal corrente teve seu declínio no final do século XIX.

Neste contexto é decretada a Reforma Benjamin Constant tendo como princípios norteadores a liberdade e a laicidade do ensino público, como também, enfatiza Ribeiro (1992) em termos constitucionais, o ensino da escola primária deve ser gratuito.

Em síntese Plank (2001, p. 68), diz que, em reação contra a centralização do poder e dos recursos sob o império da Constituição de 1891, estabeleceu uma República Federativa, restringindo, o poder do governo central e assim, expandindo aos governos estaduais. No que tange ao sistema educacional Plank (2001, p. 68) afirma que a divisão ora tradicional, continuou, isto é, educação para a elite e educação para a classe popular.

O que se percebe no decorrer de toda a trajetória da educação, é que mesmo sendo preconizado o direito ao ensino público, contudo, a dualidade quanto ao tipo de educação dada aos indivíduos, deixou a população rural nos planos secundários do processo educacional, visto que, o isolamento e o modelo de produção para o campo, impossibilitava o acesso para além da educação primária. Quando a tinha era resultado da “boa vontade” dos fazendeiros ou coronéis como eram chamados na época.

Plank (2001, p. 68) relata que o fato da educação primária para as crianças pobres ter sido negligenciado no governo imperial, como também no republicano no início no século XX, ainda sofria as consequências e boa parte da população brasileira, ainda sem nenhum tipo de instrução, de modo peculiar pode-se expor a população camponesa, visto que para o trabalho manual não precisava de instrução.

Um dos marcos de transformação na educação brasileira, Azevedo (2010), diz respeito da movimentação de educadores, inspirados nas ideias da Escola Nova, desencadeiam uma série de discussões a acerca do modelo de educação no Brasil. O Manifesto, ocorrido em 1932, foi chamado de reconstrução da educação e tornou-se um dos maiores acontecimentos em prol da descentralização da educação bem como sua universalização comum e única a todos.

O Manifesto dos Pioneiros, de acordo com Plank (2001, p. 69), entendia que a educação deveria passar por uma reforma integral da organização e dos mecanismos metodológicos e curriculares de toda a educação nacional, abrangendo da educação infantil ao ensino superior, desconsiderando não transmissão de conteúdos, mas à atividade criadora do educando. Neste sentido, o intuito seria de elevar à formação da personalidade integral e ao desenvolvimento de sua faculdade criadora e de seu poder criativo. Para isso, a escola deveria adotar os mesmos métodos (observação, pesquisa e experiência), que segue uma coesão nas investigações científicas.

Plank (2001 p 69) afirma que a Constituição Federal de 1937 deixa evidente o dever do Estado de prover a educação para todos os cidadãos, tendo como prioridade a universalização e democratização do ensino público. No entanto perante a Constitucional Federal de 1937 enfatiza a obrigação do Estado em:

[...] prover o ensino primário e profissional para as classes menos favorecidas e estabelecia a ação pública como suplementar ao esforço da família e órgãos privados, dentre eles: a Igreja Católica. Assim, os órgãos públicos somente deveriam intervir quando a família e os órgãos privados não conseguissem proporcionar oportunidades suficientes.

De acordo com Sá (s.d.) no que tange a política demográfica o governo tentava manter o homem no campo, para amenizar o êxodo rural, o qual poderia resultar em perda de mão de obra no meio rural e assim provocar o inchaço nas grandes cidades, margem para conflitos sociais.

Outro ponto que se destaca segunda Feitosa (2006 apud Sá s.d., p.16), diz respeito os conflitos sociais que por sua vez acirraram-se, ocasionando a necessidade de atribuir ao ensino agrícola à incumbência da conciliação de classes no campo, já que nas cidades essa atribuição cabia ao ensino industrial e comercial. Essa intencionalidade pode ser notada na Lei orgânica do ensino agrícola de 1946.

Conforme Sá (s.d.) o Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, regulamentava a modalidade do ensino agrícola no país e preconizava que:

Art. 2º O ensino agrícola deverá atender:

- I. Aos interesses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural, promovendo a sua preparação técnica e a sua formação humana.
- II. Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acordo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra.
- III. Aos interesses da Nação, fazendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.

Art. 3º O ensino agrícola, no que respeita especialmente à preparação profissional do trabalhador agrícola, tem as finalidades seguintes:

- I. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas.
- II. Dar a trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade.
- III. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados. (BRASIL, 1946).

Ramal (s.d. p. 07) destaque que o ruralismo pedagógico teve uma corrente marcante a inquietação com os rumos da educação rural, o que leva alguns autores da corrente ruralista a se ocuparem com a elaboração de propostas de adequação entre a educação e o trabalho no campo. O autor ainda destaca que no Brasil, o ruralismo pedagógico, tinha como intuito beneficiar a imensa maioria da população que vivia no campo e que em 1900 totalizava aproximadamente 90% de toda a população brasileira, que ainda sofria com os altos índices de analfabetismo.

Silva et al. (s.d.), nessa perspectiva complementa dizendo que,

[...] o Ruralismo Pedagógico também serviu aos interesses políticos e sociais, contribuindo para mascarar a situação preocupante provocada pelo esvaziamento da zona rural, e pelo aumento populacional das cidades. Por esse motivo que o ruralismo recebeu apoio de parte das elites urbanas, que enxergavam nesse movimento um incentivo para fixar o homem nas áreas rurais e, conseqüentemente, uma maneira de minimizar os problemas sociais, causado pelo inchaço populacional nas cidades.

É percebido que havia preocupação com a educação agrícola, no sentido de formação técnica. Ou seja, a real intenção do Estado apoiado pela oligarquia urbana era a fixação da população na área rural, visto que o êxodo rural tinha como consequência o aumento dos problemas urbanos, tais como criação de favelas, doenças, criminalidade, desempregos e muitas mazelas que a vida suburbana possa proporcionar.

Já em 1988 com a promulgação da Constituição Federal (C.F), reconhecendo a importância da garantia do direito à educação, visto que o mesmo se incorpora aos princípios democráticos, objetivos fundamentais nos quais se encontrava o Estado brasileiro. Entende-se nesse momento a educação como direito inseparável da natureza e da condição humana, e dele depende o desenvolvimento das capacidades e potencialidades do ser humano.

A Constituição Federal, no artigo 208, parágrafos 1 e 2, estabelece que é direito público subjetivo do indivíduo à educação. No entendimento desse raciocínio, Plank (2001, p. 72) afirma que,

Sob a nova Constituição, o antigo direito a educação tornou-se legalmente efetivo pela primeira vez. Isto é, objeto de direito público subjetivo. Entre todas as reformas educacionais, essa mudança poderá vir a ser a de mais longo alcance, caso se venha projetar uma estratégia legal eficiente de definição do direito do cidadão à educação e da obrigação governamental de provê-lo. Contudo o governo jamais foi legalmente acionado por um cidadão para fazer valer seu direito à educação.

Por ser um direito fundamental social, a educação não se limita ao âmbito individual, sendo-lhe conferida uma dimensão coletiva, visto que envolve interesses de diversos grupos de pessoas, de diferentes regiões, inclusive de gerações futuras. A proteção do direito à educação como bem legal envolve-a em consideração de interesses tanto coletivo quanto individual, que confere dimensão coletiva e difusa a este direito.

A C.F. de 1988, no artigo 205 estabelece de forma clara e explícita que a educação é um direito de todos e dever do Estado. Portanto, a posse do direito à educação é concebida a todos os indivíduos, crianças, jovens e adultos, o que representa característica da universalidade, inerente ao direito à educação. Em sua regulamentação,

que a educação deve ser prestada não apenas pelo Estado, mas também pela família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

No entanto o contexto educacional brasileiro nos revela a outra “face da moeda” é perceptível que alguns grupos sociais, tais como indígenas, ribeirinhos e a população do campo têm seu direito público e subjetivo negado, recebe, portanto, o mínimo do mínimo que são necessários para usufruir o direito a formação pessoal e profissional e que possa participar ativamente da vida em sociedade.

2 CAPÍTULO II

DO ENSINO AGRÍCOLA: LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente capítulo apresenta a legislação e políticas públicas vigentes para o ensino agrícola no Brasil.

2.1 Legislação da Oferta do Ensino Agrícola no Brasil

O Ensino Agrícola tem suas primeiras regulamentações no início do século XX através do Decreto nº 8.319 de 20 de dezembro de 1910. Sua estrutura ficou estabelecida em quatro categorias: Ensino Agrícola Superior; Ensino Agrícola de nível Médio, Aprendizes Agrícolas e Ensino Primário. Tal Decreto tem como objetivo à instrução técnica profissional voltada para a agricultura e indústrias, abrangendo as áreas de Ensino Agrícola; Ensino de indústrias rurais; Ensino de zootecnia; Ensino de Medicina Veterinária, Ensino agrícola (BRASIL- MEC/SEMTEC, 1994), mas somente, a partir do Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931 é que o ensino agrícola tem sua configuração mais acentuada.

Dois fatores foram motivadores desse processo: a criação do ministério da Educação e Saúde Pública já em 1930 e a Reforma de Francisco Campos na qual tinha como finalidade à inspeção do ensino técnico profissional, tendo como base legal o Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931. Segundo Sanches (2012, p. 22) “a Reforma Francisco Campos caracterizou a organização da estrutura do sistema educacional, porém, não foi dada a mesma atenção a todos os níveis e modalidades de ensino. O ensino primário e o ensino técnico profissional foram marginalizados”. A autora ressalta que a Reforma foi entendida, como Reforma Campos que tinha como objetivo atender aos interesses educacionais da elite, uma vez que estabelecia os pré-requisitos de ingresso e permanência, sendo estes altamente criteriosos e excludentes, visando de fato à seletividade. Para Romanelli (1980 apud SANCHES, 2012 p. 23).

A Reforma Campos implantou uma estrutura de ensino altamente seletiva, dada à rigidez dos critérios de equiparação de escolas (estaduais e particulares) – que acabam por conter a matrícula em limites estreitos – e a oficialização de um esquema de avaliação arcaico, rígido e exagerado, quanto ao número de provas e exames, o qual muito contribuiu para o baixo grau de retenção dos alunos nas escolas.

Sanches (2012) relata que os reflexos da reforma educacional fizeram com que Campos redirecionassem as questões educacionais em consonância com os termos econômicos e políticos em vigência, isso porque estava ciente da necessidade da formação de cidadãos voltados para produção e modernização empreendida pelo país.

O direito à formação profissional para a classe trabalhadora do campo, foi reconhecido na Lei nº 5.465, de 3 de Julho de 1968 que pressupunha que aos filhos de agricultores como também as pessoas que já trabalham no campo, o direito ao acesso à formação profissional.

O ato legislativo acima referido, segundo Sanches (2012, p. 22) tinha como objetivo oportunizar e reparar anos de atrasos, no que consiste em ofertar a educação aos marginalizados dos bancos escolares, mas sem deixar de ter como foco principal a formação de mão-de-obra qualificada para o trabalho. No artigo 1º, Lei nº 5.465, de 3 de Julho de 1968 dispõe que:

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

A preferência de que trata este artigo se estendeu aos portadores de certificado de conclusão do 2º ciclo dos estabelecimentos de ensino agrícola, candidatos a matricular nas escolas superiores de Agricultura e Medicina Veterinária, mantidas pela União, disposto no parágrafo primeiro.

A Lei nº 5.465, de 3 de Julho de 1968 foi alterada pela Lei nº 7.423, de 17 de dezembro de 1985 sob a alegação de que os filhos de agricultores estavam sendo privilegiados quanto ao ingresso nas escolas de ensino médio agrícola e escolas de ensino superiores de Agricultura e Veterinária.

Contudo, na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205 pressupõe que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De modo mais específico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996 traz no art. 3º, nos incisos I ao XI sobre os princípios e fins da educação nacional, tais como “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. (LDB nº 9.394/96).

Para garantir maior oferta de vagas para o ensino profissional, apresenta-se a Lei nº 11.892/08 que trata da implantação dos institutos Federais.

A referida lei foi aprovada com o objetivo de reorganizar a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e Cefets, transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

Destas há a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) que surgiu como resultado da integração Escola Média de Agropecuária Regional (EMARC) e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e especificamente em 2010 a criação do Campus Ariquemes.

De acordo com as legislações expostas percebe-se certa preocupação em garantir o acesso à educação, sendo então publicada em agosto de 2012 a Lei Nº 12.711, que apresenta regulamentação para a distribuição de cotas nas universidades e estendidas às instituições federais que trabalham com ensino técnico em nível médio.

Destaque ao artigo 4º, parágrafo único da referida lei que determina que:

As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimo (um salário mínimo e meio) per capita.

Diante do exposto legal, é perceptível a redução pela metade às oportunidades do estudante, filho de agricultor familiar no ingresso no IFRO Campus Ariquemes, uma vez que foi desconsiderada a realidade rural. Brandão, Oliveira e Santos (2007, p. 48) retrata que:

Em termos legais o calendário escolar designa como o ano letivo será executado, apresentando um mínimo de 200 dias letivos distribuídos por um mínimo de 800 horas, trabalhando-se 04 horas diárias. No entanto, as péssimas condições das estradas que rodeiam a mencionada escola, fazem com que o calendário escolar seja sempre atropelado. As aulas iniciam mais tarde com relação às urbanas e encerram-se mais cedo, ora condensando um enorme número de aulas em um curto espaço de tempo, ora apenas registrando dias letivos, sem ser trabalhado. Outro fator agravante para o retardamento do início do ano letivo são as intensas chuvas do inverno amazônico que vai de novembro a maio do ano subsequente.

A realidade apresentada é comum em escolas rurais na Região Norte. Outros fatores devem ser levados em conta, tais como: as longas distâncias que os alunos enfrentam até chegar à escola e na atualidade o que os autores denominam de nucleação escolar⁸.

[...] Esses alunos precisam andar um determinado percurso a pé para chegar ao trajeto do ônibus. Isso exige que o aluno saia de casa muito mais cedo, o que resulta em um período muito maior para aluno ficar fora de casa, sem, no entanto, estar na escola. Os alunos da mencionada escola ficam fora de casa, por 09 horas, em média, das quais 05 horas são consumidas no trajeto de ida e vinda da escola. (BRANDÃO, OLIVEIRA E SANTOS, 2007, p. 49)

Na educação brasileira sempre vivenciamos a dualidade quanto ao acesso à escola. A verdade é que, além de existir escola para a elite (seja escola particular e/ou escola pública que estabelece processo seletivo como forma de ingresso), existe a escola para os trabalhadores. Existe ainda outro tipo de escola abaixo da classe trabalhadora urbana, a escola para os trabalhadores rurais. Aos estudantes da área rural, restam a “subeducação” como denomina Demo (1981, p.210). Percebe-se que tal processo é propositalmente marginaliza-os do processo educacional, uma vez que já sobreviviam à

⁸ Muitas prefeituras levam as crianças das escolas rurais para as cidades, num trajeto de horas de viagem, por estradas precárias, vicinais e as colocam em classes separadas dos alunos da cidade. Isso reforça as dicotomias campo-cidade, rural-urbano, propedêutico-profissionalizante. Políticas compensatórias ao invés de políticas de inclusão.

margem de uma sociedade desigual, pelo fato do conceito de idealizar o campo como lugar de atraso e de sofrimento.

2.2 Políticas Públicas Para o Ensino Agrícola no Brasil de 1990 a 2014

A década de 90 de acordo com Santos (2012) desencadeou um pensamento democrático, tendo como marco inicial a promulgação da constituição brasileira de 1988. Dois fatores são importantes nesse contexto: a conquista de direitos educacionais e o compromisso do Estado na garantia desses direitos, implantando reformas educacionais que provocaram novas discussões que culminou na construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 93094/96.

Neste sentido, Santos (2012) afirma que, a mobilização de forma organizada dos movimentos sociais foi fundamental para a concretização e conquistas, tais como: a política de Reforma Agrária e políticas educacionais, voltadas ao meio rural. A educação rural passa a ser repensada e rediscutida, nas questões sociais.

As questões sociais referidas têm como mote a Reforma Agrária⁹ que no Brasil assim, como na Região Norte e especificamente no Estado de Rondônia toma uma proporção que desencadeiam questões em todos os aspectos: políticas, sociais, econômicas e educacionais, isto porque nasce nos movimentos sociais ligados ao meio rural, o espírito de patriotismo, no que diz respeito onde vivem.

Para Santos (2012) o que está posto, é a valorização do campo. Por esse ponto de vista busca-se desmitificar a concepção do campo como lugar de sofrimento e de atraso. Para tanto necessitam de ações e propostas que venham atender as demandas e perspectivas da realidade rural.

No que tange as políticas públicas para os trabalhadores do campo, a questão educacional é vista como meio de superação da visão estereotipada com relação ao meio rural, busca-se neste momento a concepção de uma educação em que se promova êxito, tanto, quanto o sócio desenvolvimento local e regional de forma sustentável permitindo aos indivíduos a sua permanência digna e respeitosa, meio em que vive, isto é, no campo. Fernandes & Molina, (2005 apud SANTOS, 2012) “defendem o campo como espaço de particularidades e matrizes culturais. Esse campo é repleto de possibilidades políticas, formação crítica, resistência, mística, identidades, histórias e produção das condições de existência social”.

Segundo Santos (2012) é preciso superar a visão vertical entre urbano e campo as reflexões devem partir de uma educação que contextualize a realidade como conteúdos de aprendizagem no âmbito escolar, tendo como sujeitos a escola e comunidade, assim irão contribuir para desconstrução da ideologia de que a cidade é sinônima de progresso, enquanto o campo é entendido como lugar de atraso. A educação do campo neste contexto é entendida como política pública na medida em que cria condições favoráveis à sobrevivência do homem no campo via programas e/ou ações sociais.

Furtado (2008, p.68) destaca as ações dos movimentos sociais e sua influência via programas sociais e/ou educacionais e ações afirmativas na conquista de direitos garantidos. Neste estudo são apresentados os seguintes Programas: PRONERA, PRONACAMPO e Projovem - Saberes da Terra.

⁹ Conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, através da modificação no regime de posse e uso, no intuito de atender aos princípios da justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (DAMACENO, DANELON E ROLDÃO, 2012, P. 2)

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). De acordo com Furtado (2008, p. 69) resultou em discussões apontadas no 1º encontro de educadores da Reforma Agrária, realizado em julho de 1997¹⁰.

O encontro colocou na pauta de reivindicações ao governo federal, a exigência no âmbito das ações governamentais da reforma agrária, de uma saída para a educação nos assentamentos.

Após negociações fruto de exigências bilaterais foi decidida a implantação de um programa que deveria num primeiro momento atender o problema do analfabetismo e suprir emergencialmente a formação dos professores (monitores) envolvidos na ação alfabetizadora, mas com o caráter de provocar a inserção daqueles jovens e adultos na escola básica, logo após o início de sua alfabetização. (Furtado, 2008, p.70).

No documento Manual de Operações aponta objetivos específicos para que sejam desenvolvidos (Brasil, 2004):

- Alfabetizar e oferecer formação e educação fundamental a jovens e adultos nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária;
- Desenvolver a escolarização e formação de monitores para atuar na promoção da educação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária; ação indissociável do processo de alfabetização;
- Oferecer formação continuada e escolarização média e superior aos educadores de jovens e adultos – EJA - e do ensino fundamental nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária;
- Oferecer aos assentados escolarização e formação técnico-profissional com ênfase em áreas do conhecimento que contribuam para o Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Produzir e editar os materiais didático-pedagógicos necessários à consecução dos objetivos do programa.

Dos objetivos estabelecidos, merece destaque, a oferta da formação profissional, na qual o educando adquire conhecimento que contribua para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Com esse enfoque a agricultura familiar ganha espaço, uma vez que o ensino, nesse sentido atende aos anseios e propósitos da educação do campo. Santos (2012, p. 04) argumenta que,

A partir da concepção de uma educação para todos e a implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, conquista-se o reconhecimento da diversidade e singularidade do campo, uma vez que vários instrumentos legais estabelecem

¹⁰ I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária (ENERA), promovido em parceria pelo MST, pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), pelo Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e Universidade de Brasília (UNB), tendo incorporado outras universidades e organizações sociais como participantes, como foi o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).Tendo como objetivo geral, fortalecer a educação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista a escolarização e contribuir para o Desenvolvimento Rural Sustentável. (Furtado, 2008, p.69)

orientações para atender esta realidade de modo a “adequar” as suas especificidades.

Já o Programa Projovem Campo - Saberes da Terra foi implementado pelo Decreto nº 6.629 de novembro de 2008 tendo como objetivo a oferta da qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, visando à ampliação do acesso e a qualidade da educação à população campestre tendo como princípio o respeito ao contexto socioeconômico e cultural dos povos do campo. No artigo 2º deste Decreto, está posto que: “O Projovem Campo tem por finalidade executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros reintegração ao processo educacional, qualificação profissional em nível de formação inicial e desenvolvimento humano”.

Os agricultores estudantes, beneficiados pelo Programa recebia na época uma bolsa de R\$ 120,00, mensal, mas teria que ter frequência mínima de 75%. O curso, com duração de dois anos, é oferecido em sistema de alternância, intercalando tempo-escola e tempo-comunidade. O formato do programa é de responsabilidade de cada estado, de acordo com as características da atividade agrícola local.

Outro programa implantado foi o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), sendo este um conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação no campo em todas as etapas e modalidades, implantado através do Decreto nº 7.352/2010.

O objetivo do referido Programa é: apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando a ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino. Tendo como eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas, Formação de Professores, Educação de jovens e adultos, Educação Profissional e Tecnológica, Infraestrutura Física e Tecnológica.

Nesse sentido a política pública de ingresso e permanência no IFRO buscou atender aos estudantes do campo, visto que tal a população ainda estava inserida neste contexto. Como política de referência embasou-se na a Lei nº 5.465, de 3 de Julho de 1968, que dispunha de 50% das vagas nos cursos técnicos como política de ação afirmativa.

O arcabouço do IFRO é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado pela Resolução 02/CONSUP/IFRO, de 26/06/2009. Tendo como objetivo principal: atender as demandas colocadas pelo momento de socioeconômico e educacional proporcionando a sociedade rondoniense oportunidades para acesso à educação profissional e tecnológica compatível com a realidade atual, pressupondo uma política de ingresso e permanência.

2.2.1 As Ações Afirmativas de Acesso e Permanência no Âmbito do IFRO Campus Ariquemes.

No tocante ao acesso nos IFs em 2009 foi assinado o Termo de Acordo de Metas e Compromisso com o MEC, no qual os IFs se comprometiam em adotar até

2011, formas de acesso assentadas em ações afirmativas de ingresso e permanência, por sua vez favorecessem a comunidade local dos *campi*, neste caso, destaque ao ensino técnico em agropecuária, realidade Campus Ariquemes.

Para atender o Termo de Acordo de Metas e Compromisso MEC/IFs, o IFRO criou ações afirmativas, que consistiam na reserva de vagas para estudantes, filho de Agricultor familiar (F.A). No Processo Seletivo Unificado (PSU 2011) foi lançado edital para o curso técnico em Agropecuária. Do total de 80 vagas, 50%, eram para estudantes, sendo filho de agricultor familiar (F.A). Nesse sentido, também foram criadas ações afirmativas para atender aos estudantes provenientes da educação de jovens e adultos, destinando 5% das vagas. Sendo que 45% foram destinadas aos demais estudantes, com ampla concorrência.

A adoção das ações afirmativas é justificada em razão do Campus Ariquemes ser considerado um Campus agrícola, por estar situado no espaço rural, com características e práticas agrícolas.

No que se refere à permanência do estudante no IFRO, o PDI (2009 p 53) preconiza que “as políticas de permanência do educando serão estruturadas para possibilitar a inserção das camadas menos favorecidas da população brasileira a um ensino profissional de qualidade sem permitir que isto reflita na perda da excelência da Rede Federal”. Complementa...

O IFRO oferecerá serviços de assistência ao educando, serviço social, atendimento psicológico e orientação educacional para que elevem a qualidade da aprendizagem dos alunos, ofertando atendimento social e acompanhamento pedagógico, entre outras ações interventoras para garantir, não só o acesso dos alunos, mas sua permanência e conclusão dos cursos. (PDI-IFRO 2009, p. 32).

Nessa perspectiva mediante o Decreto nº 7.234 de julho de 2010 que dispõe da regulamentação da Política de Assistência Estudantil, em nível de IFRO foi implantada através da Resolução nº 13/CONSUP/IFRO, de 19 de abril de 2011 a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAE), No artigo 1º preconiza que:

A Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAE, executada no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, tem como finalidade ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo do estudante devidamente matriculado nos cursos de nível médio integrado, médio subsequente, de graduação e PROEJA oferecido em seus *campi*.

Nesse mote, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) propõe programas para sua efetivação. No âmbito do IFRO, foi implantado o Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE).

O REPAE trata da regulamentação dos programas de Assistência Estudantil no âmbito do IFRO, aprovado pela Resolução 20/2011 e tendo como referência o Decreto 7234/2010/MEC, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Este tem como finalidade ampliar as condições de permanência e êxito no processo de ensino e aprendizagem dos alunos matriculados nos cursos técnicos de nível médio e graduação do IFRO. Ele se efetiva por meio de nove programas, a saber:

- 1 - PROCAT - Programa de Concessão de Auxílio Transporte;
- 2 - PROCAL - Programa de Concessão de Auxílio Alimentação;

- 3 - PROMORE - Programa de Auxílio Moradia;
- 4 - PROAC - Programa de Auxílio Complementar;
- 5 - PROASEN - Programa de Acompanhamento e Suporte ao Ensino;
- 6 - PROCAE - Programa de Auxílio ao Estudante Colaborador;
- 7 - PROASAB - Programa de Atenção à Saúde e Apoio Biopsicossocial;
- 8 - PROCID - Programa Pró-Cidadania;
- 9 - PRODETEC - Programa de Desenvolvimento Técnico Científico.

O quadro 01 detalha as finalidades e as ações dos programas respectivamente.

Programas	Finalidade	Ações
Programa de Atenção à Saúde e Apoio Biopsicossocial – PROASAB;	Trabalhar na perspectiva da promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, assistência médica, odontológica e psicossocial inicial aos estudantes.	I. Propor, desenvolver e avaliar ações voltadas promoção da saúde bem como à prevenção de doenças e agravos; II. Prestar atendimento clínico e psicossocial aos estudantes; III. Encaminhar para a rede pública de assistência à saúde, que necessitar de atendimento especializado ou por tempo prolongado.
Programa de Acompanhamento Acadêmico e Suporte ao Ensino – PROASEN;	Desenvolver ações voltadas ao atendimento do estudante com baixo desempenho acadêmico, com necessidades educacionais específicas ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica visando seu êxito no processo educativo.	I. Ofertar cursos de nivelamento aos estudantes ingressantes; II. Organizar grupos de estudo; III. Promover o acompanhamento educacional especializado ao estudante com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com transtornos específicos do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação por profissional especializado do IFRO ou por meio de parcerias com profissionais liberais ou órgãos de atendimento; IV. Oferecer aulas de reforço escolar; V. Viabilizar a presença do intérprete de LIBRAS para o estudante com surdez ou com deficiência auditiva cujo grau comprometa a comunicação no processo educativo; VI. Disponibilizar ao estudante socioeconomicamente vulnerável: a. <i>Uma cota semestral de cópia reprográfica de material didático que não seja disponibilizado na biblioteca da instituição;</i> b. <i>O “Kit Estudante” poderá ser constituído de uniforme escolar, cadernos, canetas, lápis, borracha, pasta, carteira de estudante, considerando a disponibilidade financeira.</i>
Programa de Desenvolvimento	Articular dos eixos ensino, pesquisa e extensão, o fomento ao desenvolvimento técnico-	A efetivação do programa se dará por meio de provimento de incentivo financeiro para a participação do estudante

Técnico-Científico – PRODETEC;	científico do estudante do IFRO.	socioeconomicamente vulnerável em grupos de estudo e pesquisa, eventos/atividades técnico-científicos (passagem/ hospedagem/ alimentação), publicação (livros, revistas, periódicos) ou outras ações que contribuam para sua formação intelectual, acadêmica e profissional.
Programa Pró-Cidadania - PROCID;	Desenvolver de ações articulando ensino, pesquisa e extensão com o objetivo de contribuir para o pleno desenvolvimento do estudante e seu preparo para exercício da cidadania.	I. Cursos de LIBRAS, língua estrangeira, informática, gestão de pessoas ou outros sugeridos, desde que aprovados pelo Diretor-Geral e Reitor e estejam em consonância com o propósito do programa e melhor qualificação profissional; II. Oficinas e cursos de música, canto, teatro, artes plásticas, dança; III. Eventos que promovam a discussão de temáticas relevantes à sociedade tais como: palestras, simpósios, conferência, seminários, jornadas, entre outros. IV. Auxílio financeiro ao estudante socioeconomicamente vulnerável para a participação em eventos culturais, artísticos e esportivos em todo o território nacional.
Programa de Concessão de Auxílio ao Estudante Colaborador - PROCAE;	Inserção do estudante socioeconomicamente vulnerável em atividades de educação realizadas nas dependências do IFRO, em horários compatíveis com suas atividades acadêmicas.	I. Integração social e a vivência de situações complementares ao ensino que oportunizem o desenvolvimento de atitudes e habilidades de formação cidadã. II. Inserção do estudante no Programa está vinculada à participação em processo seletivo específico e seus participantes receberão um auxílio financeiro para manutenção de seus estudos.
Programa de Concessão de Auxílio Alimentação – PROCAL;	Beneficiar o estudante socioeconomicamente vulnerável do IFRO que permaneça na Instituição em período integral pela participação no Programa de Concessão de Auxílio ao Estudante Colaborador, participação em grupo de pesquisa ou outro.	I. Vale/ticket refeição a ser utilizado no restaurante ou cantina/lanchonete do <i>campus</i> ; II. Provimento de auxílio financeiro em valor equivalente ao vale/ticket para a realização das refeições fora do <i>campus</i> que não tiver um local para alimentação.
Programa de Concessão de Auxílio Transporte – PROCAT;	Assegurar condições de locomoção do estudante socioeconomicamente vulnerável residente na cidade ou na zona rural, visando sua permanência e conclusão dos estudos.	I. Concessão de Vale Transporte, cartão ou equivalente; II. Estabelecimento de parcerias com empresas de transporte local ou outras autarquias governamentais;
Programa de Auxílio à Moradia Estudantil – PROMORE;	Ampliar as condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo do estudante socioeconomicamente vulnerável e cuja família resida em localidade diferente de onde está situado o <i>campus</i> do IFRO.	I. Sua efetivação dar-se-á sob a forma de Concessão de auxílio financeiro para custeio da moradia/aluguel na localidade sede do IFRO.

Programa de Auxílio Complementar – PROAC.	Prover auxílio financeiro ao estudante socioeconomicamente vulnerável e que não tenha suas necessidades atendidas em outros programas de Assistência Estudantil propostos.	I. Concessão do Auxílio Complementar ao educando com situação de vulnerabilidade socioeconômica.
---	--	--

Quadro 1 - Programas de Política de Assistência Estudantil do IFRO

Fonte: Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) – Resolução nº. 13/2011/CONSUP/IFRO. Adaptado pelo pesquisador.

Os programas da Política Assistência estudantil no Campus Ariquemes, assim como os demais *campi* estruturam-se através da execução de projetos que permeiam ensino, pesquisa e extensão, como também assistir ao aluno com vulnerabilidade socioeconômica, destaque aos programas PROCAL, PROCAT, PROMORE, PROAC, têm como finalidade dar subsídio financeiro e assistência para que o mesmo permaneça e conclua o curso com êxito

3 CAPÍTULO III

DA METODOLOGIA DA PESQUISA

O objetivo deste capítulo é apresentar a pesquisa, delimitando os seguintes aspectos: o contexto; os participantes, a metodologia da pesquisa. Desta forma, podem dialogar com autores que nos apoiaram na delimitação dos elementos da empiria e da teoria, importantes para retratar a realidade social pesquisada.

3.1 Metodologia da Pesquisa

A presente pesquisa de campo desenvolveu-se com alunos matriculados nas turmas A e B do 2º ANO do curso técnico em agropecuária do Campus Ariquemes e de suas respectivas famílias. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados: entrevista, questionário com perguntas abertas e fechadas, estruturadas em consonância com o referencial teórico e os objetivos traçados para a investigação. Por amostragem foram escolhidos aleatoriamente cinco (05) alunos e cinco (05) famílias como participantes diretos.

O princípio desse estudo teve como norte as seguintes questões: Quais os desafios do filho do agricultor familiar quando busca a formação técnica? Quais políticas públicas implementadas pelo Campus Ariquemes para o acesso e permanência, para essa clientela?

O proposto teve como objetivo: identificar e discutir as percepções de alunos e famílias agrícolas frente aos desafios na trajetória da formação técnica agrícola no Campus Ariquemes. Sendo assim os participantes serão tratados por A, B, C, D... Conforme a ordem de suas exposições e discussões.

Para atender aos objetivos proposto da pesquisa elegeu-se como metodologia a abordagem qualitativa, descritiva, do tipo o estudo de caso. Como procedimentos para coleta de dados utilizou-se as técnicas de aplicação de questionário, entrevista, análise documental.

Da abordagem qualitativa – Esta abordagem investiga a realidade, partindo do que está explícito, ou conhecido para analisar o que está implícito. A abordagem qualitativa ou naturalística de pesquisa tem como princípio investigativo, a preocupação maior com o processo do que com resultado, Lüdke e André (1986, p.12) enfatizam que “o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”. Ela, portanto, objetiva em apresentar o porquê das interferências de tais fatores em uma determinada realidade. Esse tipo de abordagem subdivide em dois focos de pesquisas: etnográfica e estudo de caso. A pesquisa qualitativa é descrita por Bogdan e Biklen (1994:47-50) como:

[...] fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal; A investigação qualitativa é descritiva; Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; Os

investigadores qualitativos tendem a analisar os dados de forma indutiva; O significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

Do estudo de caso - Este foi eleito por “retratar a realidade de forma completa e profunda” (Ludke e André, 1986, p. 19), ou seja, neste estudo são demonstradas as percepções de alunos e famílias frente aos desafios na trajetória para formação técnica, constituindo o que as autoras enfatizam sobre o estudo de caso: a) é o estudo de um caso, seja ele simples e específico”; b) o caso pode similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio e singular; c) incide naquilo que ele tem de único, de particular; d) levar em conta o contexto em que ele se situa; e) utilização de uma variedade de fontes de informação, entre outros

Nesta perspectiva, Ludke e André (1986, p.22) esclarecem que “a seleção dos aspectos mais relevantes e a determinação do recorte é, pois, crucial para atingir os propósitos do estudo de caso e para chegar a uma compreensão mais completa da situação estudada”, valorizando o ambiente, as pessoas e suas ideias e convivências.

Com isso o pesquisador, em suas análises tem a liberdade de sugerir intervenções como destacado por Stake, (1978, p. 19, apud Ludke e André 1986): “a contextualização natural se dá quando o conhecimento experiencial do pesquisador junta-se aos dados encontrados, ou seja, há uma comprovação daquilo que se busca”.

Dos procedimentos para coleta de dados – questionário: Essa técnica consiste na elaboração de um roteiro contendo questões fechadas e abertas para que se possam coletar as informações preestabelecidas, mas também deixar os participantes livres para exporem informações que ainda não estão explicitamente definidas, mas que poderão ser relevantes na explanação da análise de dados da pesquisa.

Entrevista: A aplicação da entrevista na pesquisa tornou-se relevante, pois permitiu a captação imediata e corrente de informação desejada e por permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal, assim como tema de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais, permitindo ainda um aprofundamento de pontos levantados que por outras técnicas seria inviável. Concordo com os autores, visto que a entrevista permite ao pesquisador e aos participantes se sentirem a vontade, no que tange a abordagem e exposição das percepções quanto à temática. Segundo Stake (1978, apud LUDKE E ANDRÉ, 1986, p. 33) “[...] a entrevista desempenha um importante papel não apenas nas atividades científicas como em muitas outras atividades humanas”.

Análise documental: É uma valiosa técnica de abordagem na pesquisa de campo. Stake (1978, apud LUDKE E ANDRÉ, 1986, p. 38) afirma que essa técnica busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões de interesse. Partindo por esse princípio, foi desenvolvida a análise documental no estudo em questão que consiste em analisar leis, regulamentos, editais, arquivos escolares.

3.2 Contextualização do Local da Pesquisa

A educação profissional agrícola, de nível médio, pela rede pública, na região de Ariquemes, até o ano de 2009 foi ofertada pela Escola Média de Agropecuária Regional (EMARC), sob a responsabilidade da CEPLAC¹¹, vinculada ao Ministério da Agricultura.

¹¹ CEPLAC – Órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atua em seis estados do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. Criada em 20 de fevereiro de

A EMARC foi implantada em 1987, tendo como objetivo ofertar o ensino médio integrado ao ensino técnico profissional com o foco em agropecuária. Para ingressar no curso, o estudante deveria ter concluído o ensino fundamental. O curso tinha duração de três anos e funcionava em sistema de internato para alunos do sexo masculino.

O objetivo era formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, portanto, predominavam as atividades práticas. Nesse sentido, constata que a EMARC, atendeu uma pequena parcela da população, considerando que o Estado Rondônia predominava as atividades do setor agropecuário e, por outro lado havia carência de profissionais para atuar na área.

A Escola apresentou-se como um avanço na região, no que tange a educação profissional, perdurando na região por 22 anos, porém desde sua criação, enfrentou inúmeros problemas, principalmente por questões financeiras: tendo os repasses insuficientes para manutenção e funcionamento da instituição pela não contratação de profissionais.

Com a criação dos IFRO pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em 2009 a EMARC é desativada, e em 2010 passa ser IFRO Campus Ariquemes. As atividades do Campus iniciaram em janeiro de 2010, tendo o início do ano letivo a partir de 1º de março deste mesmo ano.

O Campus Ariquemes está localizada às margens da Rodovia RO 257, km 09, sentido Machadinho do Oeste, zona rural do município de Ariquemes, a 13 km da cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia.



Figura 1 - Vista área do Campus Ariquemes

Fonte: Google Earth. 2012

O Campus é considerado agrícola por estar voltado para as atividades situadas na zona rural; tem como o Curso de nível médio integral integrado ao Técnico em Agropecuária como o mais influente, no âmbito do campus, uma vez que já era ofertado pela Escola Média de Agropecuária da EMARC/CEPLAC.

1957, época em que a economia cacauera atravessava uma grave crise, teve sua atuação, nos seus primórdios, centrada basicamente no apoio à cacauicultura. Sua missão é promover a competitividade e sustentabilidade dos segmentos: agropecuário, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, tendo o cliente como parceiro. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira -. Desde a sua criação, a CEPLAC vem acumulando inúmeras conquistas, graças ao seu modelo de atuação integrada, onde num só Órgão, desenvolvem-se atividades de pesquisa, extensão rural e ensino agrícola (<http://www.ceplac.gov.br/paginas/ceplac/ceplac.asp>).

As atividades do Campus Ariquemes foram iniciadas em janeiro de 2010. Com o início do ano letivo a partir de 1º de março. Inicialmente, o campus ofertou três Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, na modalidade presencial: em Agropecuária e Alimentos (duração de três anos, em turno integral) e Informática (duração de quatro anos, nos turnos matutino e vespertino). A partir do 2º semestre de 2010, foram iniciadas as atividades do Curso Técnico Subsequente em Aquicultura, com duração de dois anos com aulas no turno vespertino.

3.3 Participantes da Pesquisa

Os participantes diretos da pesquisa são compostos por cinco (05) alunos das turmas A e B do 2º ANO do curso técnico em agropecuária e suas respectivas famílias.

3.3.1 Dos alunos:

Do contingente de doze (12) alunos, ingressantes pelas ações afirmativas e que permanecem no curso, sendo cinco do sexo oitenta do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Desse total foram selecionados cinco como participantes diretos da pesquisa. A razão pela seleção se deu pelas variantes informações acerca da problemática. Outro fator predominante foi às longas distancias das famílias do campus, pelo fator de transporte e difícil acesso do pesquisador com as famílias, uma vez que a metodologia consistiu em abordar as percepções dos alunos e de suas famílias. No primeiro momento foram entrevistados os alunos individualmente no campus. O segundo momento foi feito visita às famílias em finais de semanais nas quais o pesquisador passou o dia todo com a família, conhecendo o contexto familiar e social das referidas famílias.

Dos cinco (05) alunos, participantes diretos da pesquisa três (03) são do sexo masculino e dois (02) do sexo feminino com idades entre 17 e 20 anos. São oriundos de diversos municípios, porém todos do estado de Rondônia. Quanto à distância entre os municípios de residência dos alunos e o Campus Ariquemes, verifica-se que a mesma varia entre 15 e 310 quilômetros.

No que tange às questões de moradia dos alunos em Ariquemes, dois (02) alunos moram na residência estudantil do IFRO, um (01) reside com conhecidos da família, um (01) reside com irmã, um (01) reside com a família. Percebe-se também que todos os alunos participantes da pesquisa tem como benefício do IFRO o auxílio transporte.

Perfil Participante	Sexo	Idade	Município de origem RO	Distancia do campus Ariquemes (km)	Situação de moradia em Ariquemes	Recebe algum benefício do IFRO
Aluno A	M	18	Alto Paraíso	80	Residência Estudantil	Auxílio Transporte, alimentação e moradia.
Aluno B	F	20	Itapuã do Oeste	76	Com as irmãs	Auxílio Transporte, alimentação, bolsa de pesquisa.
Aluno C	F	17	Ariquemes	15	Com a família	Auxílio Transporte, alimentação.
Aluno D	M	18	Itapuã do Oeste	80	Com conhecidos da família	Auxílio Transporte, alimentação e moradia.
Aluno E	M	17	São Miguel do Guaporé	310	Residência Estudantil	Auxílio Transporte, alimentação e

Reside no município de Itapuã do Oeste, distante de Ariquemes 76 km. A família é composta por cinco (05) membros, porém apenas os pais residem no sítio. As três (03) filhas moram na cidade de Ariquemes, sendo uma, aluna do IFRO, participante direta da pesquisa. A renda familiar é constituída pela aposentadoria do pai e da mãe, a venda de gado de corte somando uma média aritmética mensal de três (03) salários mínimos. A família reside na região há vinte e oito (28) anos, advinda do Estado de Minas Gerais, sendo o fator motivador a Reforma Agrária.

Família C

Quanto a Família C reside no município de Ariquemes, na zona rural a 15 km do Campus. É composta por cinco (05) membros, advindo do Estado do Paraná. Reside há treze (13) anos na propriedade. A família tem como fonte de renda a horta, gerando uma renda em torno de três (03) salários mínimos que se soma ao benefício do governo da Bolsa Família e a pensão por invalidez do pai. Para desenvolver as atividades de hortaliças a famílias vem há três (03) anos consecutivos fazendo financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A impossibilidade do pai em trabalhar como emprego foi fator motivador da vinda da família para a chácara. O membro participante da família foi pai.

Família D

A família D reside no município de Itapuã do Oeste, a 80 km de Ariquemes e teve como participante direto da pesquisa o pai. Tendo ao todo são seis (06) membros. A formação da mesma ocorreu no município de Ariquemes, Estado de Rondônia. A família mudou-se para a região em razão de gostar da vida no campo. A família do pai veio do Espírito Santo e da mãe veio da Bahia, respectivamente na década de 1990, em busca de terra, influenciadas pela Reforma Agrária. Quanto à aquisição do sítio, a mesma foi realizada pela compra. As principais fontes de renda é a criação de gado leiteiro e a cafeicultura, gerando uma renda em torno de dois (02) salários mínimos somados ao benefício do Programa “Bolsa Família”.

FamíliaE

Reside no município de São Miguel do Guaporé, a 310 km de Ariquemes. É composta pela mãe e três filhos. O pai faleceu em março de 2013, acarretando um desequilíbrio emocional na família principalmente no filho mais velho, aluno do IFRO, participante direto da pesquisa, apresentando sintomas de depressão por vários meses do ano de 2013. A renda da família é de um e meio (1,5) salários mínimos por mês somados a pensão do pai e Bolsa Família. A propriedade da família tem seis (06) alqueires (15 hectares) é herança do pai (já falecido), adquirida pela Reforma Agrária. O participante direto desta pesquisa foi a mãe.

4 CAPÍTULO IV

PERCEPÇÕES DE ALUNOS E FAMÍLIAS DE AGRICULTORES NO INGRESSO E PERMANÊNCIA NO IFRO CAMPUS ARIQUEMES

Neste capítulo serão demonstrados os desafios e as perspectivas de vida das famílias de agricultores que procuram os instrumentos da política de acesso e permanência do Instituto Federal de Rondônia campus Ariquemes, como saída para a formação profissional e a educação básica para seus filhos.

Para isso, utilizamos um caminho investigativo fundado na pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso com os seguintes instrumentos: entrevista, questionário e análise documental.

Os instrumentos da pesquisa possibilitaram dar vozes aos participantes na medida em que foram coletados os dados sem que os mesmos fossem direcionados e/ou induzidos às respostas. Assim, alunos e um membro de cada família pode se expressar de maneira particular as suas percepções frente à problemática levantada. A coleta de dados teve início em outubro de 2012 com término em dezembro de 2013.

Para demonstrar os dados e discuti-los optou-se por fazê-los, com base na sistematização pelas amostras, a saber: alunos e membro de cada família. Para tanto, sistematizamos os dados que demonstram os olhares de cada participante da pesquisa, assim apresentados: questões/respostas, acompanhadas de abordagem teóricas complementadas as análises.

4.1 Participantes: Alunos

Inicialmente foi perguntando aos alunos: **Como era a escola em que você estudou antes de ingressar no IFRO?** Obtiveram-se as seguintes respostas:

Aluno A - Apesar da estrutura física da escola não ser tão ruim, sempre faltava professores e materiais. Os conteúdos eram passados pela metade porque as aulas iniciavam depois das escolas na cidade e termina bem antes.

Aluno B – Não havia ensino do 6º ao 9º ANO, mas tinha transporte que buscava os alunos em todas as linhas, mas na época de chuva era complicado de ter aulas, quase sempre tinha que andar muito pra chegar a minha casa porque o ônibus atolava na estrada. Muitas vezes faltava merenda escolar a gente, tinha que andar muito e chegava a nossa casa com muita fome.

Aluno C - A escola tinha péssimas condições de estruturas, localizava-se longe da cidade e os professores tinham de deslocar da cidade até a escola todos os dias por isso faltavam muito.

Aluno D - O ensino era fraco, pois os professores não exerciam a profissão em que se formaram.

Aluno E – minha escola tinha poucos recursos por se localizar longe do município. Para os professores se deslocarem do município até a escola era tão difícil, por isso faltava muito. A escola tinha péssimas condições de estudos e trabalho.

Os discursos acima demonstram que a educação na zona rural não está posta como prioridade nas políticas públicas, percebe-se que sempre irão existir problemas, enquanto não incluir a educação do campo nas discussões políticas. Os relatos evidenciados contrapõem os princípios da educação, tendo como ideal proporcionar condições para que indivíduo possa se evoluir através das resoluções de problemas em seu meio, buscando o aprimoramento partindo do que lhe é conhecido e necessário no convívio individual e social.

Brandão (1995 p.84) refletindo que: “A educação é hoje considerada como um fator de mudanças: um dos principais instrumentos de intervenção na realidade social com vistas a garantir a evolução econômica e a evolução social e dar continuidade à mudança no sentido desejado”. O que está posto é que, como a escola rural se presta ao papel de condutora de ideias contrárias a realidade do campo, surge um sério problema na formação e concepção dos sujeitos quanto a seu próprio contexto social.

Nesse sentido, Demo (1981) descreve tal realidade como subeducação e que a educação é entendida pela classe dominante como gasto e não como investimento.

Nogueira (1993) apresenta sua preocupação no sentido do comodismo da população camponesa, quando aceita tal descaso como uma normalidade; Saviani (2005) afirma que, a elite é sabedora do poder do conhecimento e, portanto tem buscado manter-se no controle, construindo manobras e morosidade de políticas educacionais constituindo um mecanismo para garantir e perpetuar seus interesses.

Contudo sabe-se, que a escola é um lugar onde se aprende e se constrói o conhecimento para viver em sociedade. Quem tem o conhecimento, tem poder. O poder está nas mãos da elite, todo investimento quer seja estruturais e/ou currículo é elaborado para atender aos interesses da classe dominante, com intenção de alienar a classe dominada. Por essa visão o papel da escola é apenas um mecanismo de manobra, limitando-se a transmissão de informações descontextualizadas.

Os motivos pelos quais os alunos participantes direto da pesquisa apresentaram para ingressar no curso profissionalizante técnico em agropecuária foram solicitados a partir da seguinte questão: **o que o motivou se inscrever no curso técnico em agropecuária?**

ALUNO A - minha família. Por causa do estudo ser melhor.

ALUNO B – por que o ensino seria melhor, comparado com da minha outra escola e também pela curiosidade de saber como era a instituição.

ALUNO C – Com o curso faltava pouco para me ingressar na faculdade de veterinária e também adquirir conhecimento sobre a agricultura.

ALUNO D - Pelo fato de eu ter morado sempre na zona rural e conhecer um pouco na área.

ALUNO E - por este curso ser mais envolvido na minha área e porque eu gosto das coisas do campo e tem uma grande procura de técnico em agropecuária no mercado de trabalho.

Diante das respostas apresentadas pelos alunos A e B percebe-se que os motivos de escolha pelo curso envolvem desde a influência da família até a curiosidade em conhecer uma “nova” forma de ensino diferenciada das que até então tiveram acesso. Na fala desses alunos foi possível identificar a busca por mudanças tanto no âmbito

residencial quanto escolar, sem motivações diretamente relacionadas ao curso como um todo.

Freire (2002) no qual está posto que o indivíduo aprende na medida que se desenvolve e se desenvolve na medida que aprende. Em outras palavras, pode se afirmar que a curiosidade em conhecer uma nova realidade, expostas nas falas dos alunos A e B, pode ser compreendida por dois sentidos: como a própria essência do ser humano, isto é, a busca pelo autodesenvolvimento; como a falta de perspectiva da vida no campo. Quanto aos alunos C, D e E, estes demonstraram motivações pelo aprendizado relacionadas com a área escolhida, o que possibilita inferir que os mesmos tinham objetivos estabelecidos desde o ingresso no curso de técnico em agropecuária. O que pode ser verificado nas falas: “conhecimento sobre agricultura”, “gosto das coisas do campo [...]”, “por ter morado na zona rural e conhecer um pouco da área”.

A partir das motivações apresentadas pelo aluno C percebe-se que o mesmo desde o ingresso no curso técnico já demonstrava suas perspectivas de avançar nos estudos por meio do ingresso na faculdade. Segundo Frigotto (2006 p 258) o ser humano busca se desenvolver. Nesse sentido compreende-se que esses alunos veem no IFRO uma perspectiva de vida, na qual poderão se desenvolver em sua vida pessoal e profissional.

Nesta perspectiva, para compreender o que influenciou os alunos na escolha por estudar no IFRO foi proposta a seguinte questão: **A família influenciou na escolha de estudar no IFRO campus Ariquemes?**

ALUNO A - Sim. Por ser uma área que eu gosto e por causa do ensino ser melhor.

ALUNO B – Na verdade não. Minha família não tinha nenhum conhecimento sobre a instituição.

ALUNO C – Sim. Apesar de que já estava sem esperança de fazer a prova, mas com a ajuda deles e de amigos eu me escrevi e agradeço a Deus e estou aqui.

ALUNO D - Muito. Pelo fato deles não ter oportunidades no passado.

ALUNO E - Sim. No início eu achava difícil, mas com a influência dos meus pais eu fiz esta escolha de tentar entrar no Instituto.

Diante dos discursos dos alunos A, C, D e E percebe-se que seu ingresso no IFRO teve influência familiar. Destaque ao aluno D, ao expressar “muito. Pelo fato de eles não ter oportunidades no passado.” ao afirmar da motivação que obteve de sua família.

Quanto ao aluno B compreende-se mediante sua fala que a não influência de sua família decorre da falta de conhecimento sobre o IFRO, no entanto, o aluno relata que sua família, não o impediu.

Dessa maneira, torna-se oportuno discorrer sobre o êxodo rural. Demo (1981) destaca que ao longo da história da educação brasileira, percebeu-se a educação como fator motivador da migração da população rural para a cidade na busca de educação para seus filhos. Outro fator que contribuiu para o abandono do campo consistiu e ainda consiste no sentimento de inferioridade e de desvalorização do trabalho rural. O autor ainda esclarece que a sociedade urbana sempre idealizou o campo como lugar de atraso e de sofrimento.

Para possibilitar a inclusão das famílias agrícolas no bojo educacional brasileiro foram propostas políticas educacionais como exemplo a reestruturação dos IFs, consolidação do termo de acordo e então, a criação das políticas públicas afirmativas.

A respeito da política de ação afirmativa, propôs-se a questão: **qual sua opinião a respeito da política pública de ação afirmativa para família de agricultores adotada pelo IFRO em 2011?**

ALUNO A - foi bom porque os filhos de agricultores não têm o mesmo ensino do que um filho de patrão.

ALUNO B - Ajudou muito porque os filhos de agricultores devido ao ensino tem menos chance de passar no processo seletivo e muitas vezes são os que mais têm interesse em estudar no IFRO.

ALUNO C – É uma oportunidade boa por sermos filhos de agricultores e estudar em escolas rurais, não tendo oportunidade de conhecimentos “que são fracos” e isso foi a instituição abriu essa oportunidade para os F.A e graças a Deus estou aqui.

ALUNO D - foi muito importante até porque os filhos de agricultores conhecem um pouco na área. E pelo fato de dar oportunidade pelas pessoas de baixa renda.

ALUNO E - eu acho uma boa ação política, porque influenciou muito mais que os filhos de agricultores procurassem uma boa opção de estudo. E também os filhos de agricultores têm poucos recursos estudantis.

O aluno A destaca sua percepção a respeito da divisão de classes, demonstrando reconhecer que como filho de agricultor não tem acesso à educação igual a “de um filho de patrão”. Pensamento que é compartilhado por Saviani (2005, p. 22) quando expõe:

A classe dominante tem buscado manter-se no controle, amparada pelo Aparelho Ideológico do Estado (AIE). O AIE na educação é lugar de instrumento de equalização social constituindo um mecanismo construído pela burguesia para garantir e perpetuar seus interesses.

Quanto aos alunos B, C, D e E estes relatam que a inserção no IFRO possibilitou “chance, oportunidade, boa opção de estudo”, vislumbrando, a partir desta alternativa ascensão na sociedade, bem como de verificação de que há investimentos em educação, citando como exemplo auxílio moradia, transporte e alimentação.

A Ação Afirmativa de acesso (F.A) foi extinta, passando a vigorar no ano de 2012, a Lei nº 12.711 (lei de cotas), que dispõe da regulamentação da distribuição de vagas nas instituições federais de ensino técnico de nível médio que reservarão, em cada processo seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas da rede públicas de ensino. Desse total 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita.

Tal ato desprovido de raciocínio reflexivo, não considerou a realidade da educação rural. Põe os agricultores no patamar de exclusão, pois retira o benefício (50%

das vagas), já adquiridos. Tomando como exemplo o curso Técnico em Agropecuária, visto que poderiam promover o desenvolvimento pessoal e do seu grupo social.

Em contrapartida, até o dado momento, nenhuma outra Ação Afirmativa de permanência foi implantada, com intuito de ampliar oportunidades de ingresso à população rural, quanto à sua formação no que tange o acesso no IFRO.

No tocante ao aspecto socioeconômico da clientela estudantil, segundo dados da Assistência Estudantil, no ano de 2012, 80% dos estudantes que ingressam no IFRO Campus Ariquemes possuem renda per capita igual ou inferior aos 1,5 salários, como determina a Legislação em vigor. Nesse mote percebe-se que há uma divisão igual para os economicamente desiguais.

Mediante o exposto, pode-se afirmar que a Lei é “fria” ao generalizar e camuflar a desigualdade existente na sociedade. A população rural sempre esteve em segundo plano nas políticas educacionais. Sabe-se que o tempo de estudo da população rural é inferior ao tempo de estudo da população urbana, além de não contar com todos os aspectos estimulantes de aprendizagem, já superados pela população urbana, como o acesso a biblioteca, internet, circo, teatro, entre outros.

Após manifestação dos alunos quanto à política pública de acesso ao IFRO, foi proposto aos mesmos que descrevessem suas **perspectivas e desafios quanto à permanência no curso?**

ALUNO A – Pretendo fazer agronomia (perspectiva). Estar sem a família. Tenho muitas dificuldades com a forma de avaliar de cada professor. (desafio)

ALUNO B - Fazer uma faculdade (perspectiva). No início foi difícil, pois dividia aluguel com colegas de sala, agora com minhas irmãs (desafio)

ALUNO C - Me ingressar numa faculdade de veterinária e trabalhar na área e fazer um concurso (perspectiva). Achei difícil no começo do curso, pois não conhecia ninguém, depois fui me adaptando e fazendo amizade. Outra dificuldade é o transporte por ser bem difícil por não haver todos os dias na linha onde moram meus pais, também pelas condições financeiras deles. (desafio)

ALUNO D - Pretendo fazer uma faculdade aqui no campus. Veterinária. (perspectiva). No meu caso é o aluguel que é muito caro em Ariquemes (desafio).

ALUNO E - Eu pretendo fazer uma faculdade de veterinária e seguir na área da agropecuária (perspectiva). Tem colegas que ficam colocando apelido e fazendo brincadeiras sem graça. Também não tenho condições de obter materiais para estudo (notebook) que é muito utilizado para fazer trabalhos. A distância do campus para minha cidade e o meio de transporte para eu ir para o sítio, mas não tem para retornar no início da semana. Também tenho um pouco de dificuldades na metodologia dos professores (desafio).

Os discursos, quanto à proposta de descrever as perspectivas de permanência no curso, se confluem entre todos os alunos quando abordam que pretendem ingressar em cursos superiores ligados a área de agronomia ou medicina veterinária. O aluno C acrescenta ainda que pretende fazer concurso.

Estas perspectivas identificadas nas falas dos alunos podem ser aproximadas as categorias discutidas por Freire (2002) como: “tomada de consciência”, “incompletude” e “inconclusão”, ou seja, o ser humano toma consciência de sua situação, sabe de sua condição e busca dar continuidade em sua formação.

Quanto aos desafios apontados pelos alunos - O aluno A aponta duas dificuldades para permanência no curso, a primeira trata-se da falta da família, e a segunda ao método de avaliação dos professores. O Aluno E cita como desafio a metodologia dos professores.

Para os alunos B, C e E, o maior desafio é o financeiro, referindo-se a custos para visitar a família, horário entre uma condução e outra e até mesmo a distância de Ariquemes ao município da família, conforme descrito no quadro 02 (p. 49). O aluno E ainda aponta que outro desafio para sua permanência no curso é a “falta da família”, fator que pode ser justificado pela morte do pai ocorrida no segundo ano em que estava estudando e residindo no IFRO.

O aluno D destaca que o maior desafio inicialmente foi o valor do aluguel em Ariquemes. Diante dos desafios apresentados destaca-se que as questões financeiras perpassam todas as esferas influenciando diretamente na inclusão, permanência e conclusão do curso, mesmo havendo investimento conforme programas de assistência estudantil do IFRO demonstrados no quadro 01 (p. 42).

4.2 Participantes: Membros da Família

Foi solicitado ao membro da família participante direto da pesquisa que expusesse: **quais os desafios que a família enfrenta para manter o filho no IFRO - campus Ariquemes.**

***Família A** – Na verdade ele sempre foi apegado em nós. Não é de muita conversa. No primeiro ano não tinha vaga no Instituto ai ele ficou na casa dos tios. Foi bom pelo menos quando conseguiu uma vaga já estava mais acostumado com os outros garotos. Eu e o pai dele temos muito medo de ele andar em má companhia. Mas ele é um garoto sossegado. Quanto à questão financeira sempre contribuimos com dinheiro para ele se manter lá. (Mãe)*

***Família B** – A questão é que ela é filha mulher e isso é muito complicado hoje, embora seja uma menina comportada fica longe de nossa proteção. Ficamos mais calmos, pois a irmã dela resolveu mora na cidade e arrumar um emprego ai pode tomar conta dela, mas quando estava na casa dos outros, nos ficavam muitos apreensivos, mas mesmos assim sempre incentivamos ela a fazer o curso. Falta de dinheiro sempre vai existir, mas agente dá um jeito, vende alguma coisa e arruma o dinheiro. Agora a outra irmã mais nova também tá estudando na cidade, juntamos um dinheiro e então compramos um terreno e estão fazendo uma casa na cidade. O problema é que quando vou pra cidade a mãe delas fica sozinha no sítio. (Pai)*

***Família C** – O que encontramos dificuldades é no transporte, como moramos fora da rota dos ônibus escolar do IFRO, temos que levar e buscar de moto. Ela é uma moça, o que torna muito perigoso aqui em Ariquemes, mas só é ruim quando chove, quase sempre (rindo). Mas estamos felizes vendo nossa filha se formando e técnica agrícola. (Pai)*

Família D – *Quando ele fez a prova pra entrar no IFRO não tinha vaga no alojamento, mesmo assim damos força para ele ir estudar. O pastor de nossa igreja arrumou um cantinho na casa dele. O complicado é que caso dos outros não é como a nossa, ele é um menino acanhado, mesmo assim foi estudar. Este ano conseguimos uma vaga no IFRO, mas ele disse que preferia ficar na casa do pastor, ele disse que lá no alojamento tinha uns alunos mais velhos, que gostam de mandar nos alunos mais novos, ele então ficou com medo. Lá pelo menos ele não pagaria a comida. Sempre que podemos temos que ajudar ele na comida lá na cidade. (Pai)*

Família E – *Nossa dificuldade é financeira. O pai dele morreu no início do ano passado, hoje somos apenas nós quatro (04), eu, ele e mais dois irmãos mais novos, vivemos apenas com o salário da pensão do meu finado marido. Às vezes quero até mandar um dinheirinho pra ele no IFRO, mas não sobra. Também somente o vejo a cada seis (06) meses ou então em feriados prolongados, mas ele vem com passagens compradas pelo IFRO. Graças a Deus que ele conseguiu uma vaga no alojamento do IFRO, pois no primeiro ano que ele foi pra lá, não tinha vaga aí, ele e o primo dele teve que ficar pagando aluguel, ainda bem que o pai dele ainda era vivo e trabalhava e conseguia dinheiro e mandava pra ele pagar o aluguel e se manter. (Mãe)*

A categoria evidenciada, na fala de todos os membros das famílias participantes direto da pesquisa, foi a: financeira. Segundo os mesmos “estudar fora” pressupõe despesas acima de suas condições econômicas. Visto que, no item 3.3.2 apresenta-se que a renda das famílias não ultrapassa três salários mínimos, considerando que as famílias são compostas de quatro a seis membros, nota-se que a renda per capita fica entre R\$ 362,00 a R\$ 543,00. No entanto, segundo os membros, mesmo com todas as dificuldades financeira familiar busca incentivá-los a estudar, fator revelado nas seguintes afirmações: [...] contribuimos com dinheiro para ele se manter lá; falta de dinheiro sempre vai existir; mas agente dá um jeito [...]; vende alguma coisa e arruma o dinheiro; Sempre que podemos temos que ajudar ele na comida lá na cidade [...].

Outra categoria abordada foi a: proteção. Segundo a família B, por se tratar de “filha mulher” há preocupação com a integridade física e moral, barreiras percebidas culturalmente. Desse modo, entende-se ser necessária sua superação pela sociedade e família.

Para isso, Viana e Unbehaum (2004) argumentam que é necessário combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação, incentivando, nas relações escolares, a diversidade de comportamento de homens e mulheres, a relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino, o respeito pelo outro sexo e pelas variadas expressões do feminino e do masculino.

De acordo com Patrício (s.d.) “existe a preocupação expressa com a criação de novos padrões de conduta, capazes de criar uma sociabilidade pautada na igualdade de gênero. Discussão sobre gênero”.

Embora tal discussão seja importante, a esse respeito, a que se considerar que até então o Campus Ariquemes não oferece residência estudantil para meninas, disponibilizando para algumas apenas um auxílio moradia no valor de R\$ 200,00

(duzentos reais). Enquanto para os meninos há residência estudantil conforme descrito pelos mesmos no quadro 02.

Buscou-se saber das famílias – **Qual a sua percepção em relação à educação no IFRO campus Ariquemes?**

Família A – É uma escola federal e que tem professores até doutores e com certeza passa uma boa educação para os alunos, por isso que sempre falo para o meu filho estudar e aproveitar a chance.

Família B – O ensino lá é bom. Quando minha filha vem pra casa fim de semana começa a fazer algumas experiências que aprendeu lá com os professores. As vezes quer me ensinar e eu brinco com ela, dizendo você quer ensinar o padre rezar missa menina (rindo), mas é muito bom ver que ela é interessada nos estudos. O engraçado é que, foi uma família conhecida nossa que fez a inscrição dela. Ela demorou ser chamada, pois tirou uma nota muito baixa.

Família C – Quando saiu o processo de seleção do IFRO, nossa filha vivia estudando dia e noite para poder passar na prova, alguns conhecidos que já tinham feito diziam que era muito difícil passar. Graças a Deus que ela passou, hoje como mexemos com horta, ela sempre tira dúvida com os professores com relação pragas, adubação, preparo do solo.

Família D – acho ótima, pois os alunos já saem com uma profissão, Eles aprendem muito, pois estuda o dia todo, isso ajuda muito.

Família E – Estou muito contente com meu filho estudando lá no IFRO. Nós somos pobres e jamais teríamos condições de manter seus estudos se fosse pra gente pagar, ainda mais agora que o pai dele faleceu.

Percebe diante as respostas que as famílias veem o IFRO Campus Ariquemes como alternativa para a formação profissional para seus filhos. Nos discursos apresentados *É uma escola federal e que tem professores até doutores e com certeza passa uma boa educação para os alunos; [...] O ensino lá é bom. Quando minha filha vem pra casa fim-de-semana começa a fazer algumas experiências que aprendeu lá com os professores; Estou muito contente com meu filho estudando lá no IFRO.*

O anseio por uma educação de qualidade faz com a população persista na luta. Visto que para essa população, a educação é tida como meio essencial para a ascensão de seu filho. Sendo assim, a população camponesa rondoniense vê o Campus Ariquemes, como uma perspectiva de formação social e profissional para seus filhos, visto que até a época não havia na região o modelo de educação integral que contemplasse o Ensino Médio e o Técnico Profissional.

Porém, o IFRO, de modo específico o Campus Ariquemes, em razão da expansão acelerada e por não equalizar a oferta com a procura, enfrenta um grande impasse, não consegue satisfazer os anseios de todos aqueles que realmente dependem de uma escola de gratuita, e que possa atender aos propósitos e necessidades da classe camponesa. É perceptível, a grande procura por parte de estudantes do meio rural, quanto ao ingresso no IFRO Campus Ariquemes, especificamente no curso técnico em agropecuária. O interesse é justificado pelo fato do Curso estar ligado diretamente às atividades de seu cotidiano, isto é, a vida do campo.

Nesse sentido evidencia as suas **perspectivas de vida em relação à formação profissional e básica de seu filho**, como pode se observado, mediante as exposições a seguir.

Família A - Olha, mesmo com toda dificuldade, nosso desejo é ver ele formado e consiga um bom emprego na EMATER ou no IDARON e continue estudando. Às vezes ele é meio preguiçoso. Este ano ele reprovou numa matéria. A sorte que lá se reprovar em uma matéria pode ir para ano seguinte e estudar ela também. Fiquei brava com ele, pois tá lá pra estudar... Pois nem eu e nem o pai dele teve essa oportunidade quando a gente era novo. Na nossa época não existia esses tipos de cursos na nossa cidade.

Família B - É o sonho de ela fazer veterinária e nós vamos apoiar. Dizem que o IFRO vai abrir o curso ano que vem, se ela passar na prova será uma boa. Estudar é bom! Eu já sou velho (56 anos de idade), mas mesmo assim fiz o ensino médio a três (03) anos atrás, ainda pretendo fazer uma faculdade pra da aula. Hoje em dia está muito fácil fazer uma faculdade. Temos amigos que vai uma vez à semana na faculdade. Pretendo fazer matemática, gosto muito dessa área.

Família C – Bom! Esperamos que ela conclua o curso técnico em agropecuária e consiga um emprego aqui em Ariquemes. Nós não gostaríamos que ela fosse estudar longe da gente.

Família D – Ele é o primeiro da família que vai se formar. Estamos muito felizes. Espero que ele prossiga nos estudos. Ele falou que ano que vem vai abrir o curso de veterinária, no IFRO, pois sabemos que não é fácil entrar no IFRO. O irmão mais velho, já tentou duas vezes entrar Ra estudar mais não passou na prova. Ano que vem ele vai tentar de novo.

Família E - quero que ele prossiga nos estudos e quem sabe consiga estudar fora do país, assim como o primo dele que também estudava lá no IFRO (técnico em agropecuária) e agora esta estudando na Costa Rica. Esse era o sonho do pai vê-lo fazer uma faculdade. Aqui no sitio não tem muita expectativa de vida, sempre falo isso pra ele.

É notório nos discursos das famílias a vontade de ver o filho adquirir uma formação profissional, mesmo sendo ela de nível médio, daí o incentivo e o esforço para o ingresso e permanência do filho e assim concluir o curso com êxito.

Tal atitude é compreendida por Brandão (1995) que destaca a educação como um fator de mudanças sendo um dos principais instrumentos de intervenção na realidade social com vistas a garantir a formação e assim poder ascender na sociedade

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pressuposto que norteou a discussão do presente estudo buscou identificar os desafios do estudante, filho do agricultor familiar na trajetória para a formação técnica.

Nessa conjuntura revelou-se que a problemática da educação profissional evidencia-se na escola dualista mantém as injustiças sociais. Por ser tratada assim, a escola dual acirra a desigualdade de direitos, que em termos legais camufla a realidade, com discursos, nos quais preconizam a universalização da educação profissional para todos.

Na prática verifica-se que há muitos obstáculos, no que diz respeito à inclusão da população rural na educação profissional, obstáculos estes desde a questão cultural perpassando as questões econômicas as a questão políticas no que diz respeito à formulação de políticas públicas educacionais de acesso e permanência dos camponeses para a formação profissional.

Embora se propague as políticas de inclusão e democratização, vê-se na verdade que em muitos casos, que são programas prende-se a políticas públicas de Governo. Nesse sentido torna-se fundamental que tais programas se transformem em política de Estado.

Pelo o que foi estudado e pesquisado parece que a dualidade na educação escolar foi aceita como algo normal e determinada pelas políticas sociais. Os poucos que vencem essa barreira e são apresentados aos olhos da sociedade como heróis ou gênios, como sendo até “protegidos”, “apadrinhados” ou mesmo como “sortudos”, “competentes”... O fato de um indivíduo da classe trabalhadora ascender por meio da educação torna-se algo extraordinário que vira reportagem televisiva, notícia midiática. É lamentável que nem todos saibam que a educação escolar, como já foi dito, seja um direito social subjetivo.

A ideia que apregoa o senso comum, é que “a escola está aí para todos, não aprende quem não quer”. “Nos “discursos legais, tal como a LDB 9394/96 que em seu artigo 3º inciso I” igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Desse modo, a compreensão que se faz é que todos tende acesso à educação, sendo ela garantida pela legislação brasileira.

Muitos são os desafios que os estudantes do campo enfrentam na trajetória de sua formação profissional, porém mediante o conhecimento a ser aprendido, pouco conseguem vencer as barreiras e sair do convívio familiar e da comunidade em busca de novas perspectivas de vida, no entanto muitos fatores conspiram em favor do insucesso dessa população no ingresso e permanência no Campus Ariquemes tais como: adaptação ao currículo escolar, costumes e hábitos alheios aos seus e principalmente questões financeiras.

Pelo esboço apresentado percebe-se que a busca pela formação escolar gera o processo de migração de estudante do campo para a cidade que vem se desenrolando numa atividade corriqueira na região. Todos os anos, desde 2010, centenas de estudantes camponeses, ao concluir o ensino fundamental e/ou ensino médio, buscam continuar os seus estudos na cidade. Nesse contexto, vê o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia, Campus Ariquemes como uma alternativa de formação profissional.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M.; E. D. A. LUDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, Coleção Temas Básicos de Educação e Ensino. Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

BRASIL, Ministério da Educação, Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1988.

_____. **Decreto-lei nº 9.613**, de 20 de agosto de 1946. Lei orgânica do ensino agrícola. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em 23/05/2014.

_____, Ministério da Educação, Contribuição à construção de políticas para o ensino agrícola da rede federal vinculada ao /SETEC, 2007.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. N.º-9394/96. Brasília, DF, 1996.

_____, Ministério da Educação, **Dispõe da implantação dos Institutos Federais**, Lei 11.892, de 29/11/2008.

_____, Ministério da Educação, **Termo de acordo de metas e compromissos MEC/IFs**. Disponível em: http://www.portal.ifba.edu.br/component/option,com_phocadownload/It Acesso em: 10 nov. 2012.

_____, Ministério da Educação, **Revoga a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que “dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola”, bem como sua legislação complementar**”, Lei nº 7.423, de 17 de dezembro de 1985.

_____, Ministério da Educação, Projeto de Lei nº 8.530/ 2010, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. 2011.

_____, Ministério da Educação, Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 DECRETO Nº 6.629, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008.

_____, Ministério da Educação, **Resolução nº 21/CONSUP/IFRO, de 21 de junho de 2011.** Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, 2011.

_____, Ministério da Educação, **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências** Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012.

_____, Ministério da Educação, **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**, Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010.

_____, Ministério da Educação, **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959 Fernando de Azevedo... [et al.]**. – Recife: Org. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p. – (Coleção Educadores)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O que é Educação**, 33ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 (coleção primeiros passos: 203).

BRANDÃO, Diolécio Lima, OLIVEIRA, Izaqueu Chaves, SILVA, Ronaldo Vieira, **As Implicações da Gestão Escolar para a Qualidade de Ensino no campo**, 2007. 76f Trabalho de conclusão de curso (graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Federal de Rondônia- 2007.

BOGDAN, Robert; BLIKEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução: Maria João Álvares, Sara Bahia dos Santos, Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

CAPRIO, Marina, LOPES, Ediane Carolina Peixoto Marques, **As influências do modelo neoliberal na educação.** 2003. Disponível em http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/edi5_artigoedianeledes. Acesso em 15 de dez. 2013.

6.1.1.1 CIAVATA, Maria, **Trabalho como Princípio Educativo:** Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>. Acesso em set. 2013.

DAMACENO, Pedro Henrique Flausino, DANELON, Jean Roger Bombonato, RODÃO, Aline de Freitas, **Reflexões sobre as políticas de reforma agrária no Brasil.** XXI encontro nacional de geografia agrária, Uberlândia, MG 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1026_1.pdf. Acesso em 19 de dez. 2013.

DEMO, Pedro. Subeducação. In. BORDENAVE, J. D.; WERTHEIN, J. (Orgs.). **Educação rural no terceiro mundo: competências e novas alternativas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Dicionário da educação profissional em saúde, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.) Organizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Estação de Trabalho Observatório de Técnicos em Saúde. – Rio de Janeiro: EPSJV, 2006. 308 p.

Educação do Campo, identidade e políticas públicas Org. Edgar Jorge Koliing, Paulo Ricardo Cerioli e Roseli Salete Caldart, Brasília DF, 2010.

Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas, Brasília, DF, 2007 Org. Ricardo Henriques Antonio Marangon Michiele Delamora Adelaide Chamusca. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4531.pdf>. Acesso 11 de Nov.2012.

Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração. Org. Marilza Regatieri Margareth Castro. 2.ed.- UNESCO, Brasília, DF. 2010. <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001923/192356por.pdf>. Acesso em 20 de out. 2012.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista.** São Paulo: Xamã Editora. s/d. In: ALMEIDA, Jorge; CANCELLI, Vitória (org.). **150 anos de manifesto comunista.** São Paulo: Sec. Nac. de Formação Política – Partido dos Trabalhadores, 1999.

Engels Friedrich, Marx Karl, **Manifesto Comunista (1848)**, Ed.. Ridendo Castigat Mores. Fonte Digital 1999. Disponível em html.www.jahr.org. Acesso em 25 nov. 2013.

Engels Friedrich, Marx Karl, **Manifesto Comunista (1848)**, Ed.. Ridendo Castigat Mores. Fonte Digital 1999. Disponível em html.www.jahr.org. Acesso em 25 nov. 2013.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à prática educativa**,org. Ana Maria A. Freire, 25ª Ed. PAZ E TERRA, 2002.

FRIGOTTO, G. Trabalho. In. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. **Rio de Janeiro. Escola Politécnica Joaquim Venâncio (org.) 2006. p. 258- 263**

FURTADO, Eliane Dayse Pontes, **Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil.** 2008. Disponível em: http://www.red-ler.org/estudio_educacion_poblacion_rural_brasil.pdf Acesso em nov.2013.

GASPARIM, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico crítico**, 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

LIMA, Marcio Javan Camelo, **Neoliberalismo e Educação**, ISSN, *Studia Diversa*, CCAE-UFPB, Vol. 1, No. 1 - Outubro 2007, p. 44-61, Disponível em: http://www.ccae.ufpb.br/public/studia_arquivos/arquivos_01/marcio_javan_01.pdf
Acesso em 12 de dez. 2013.

LISBOA, Severina Sarah, **Os Fatores determinantes dos novos movimentos migratórios**. Revista Ponto de Vista – Vol.5, p. 83-96, 2004. Disponível em: <http://www.coluni.ufv.br/revista/docs/volume05/fatoresDeterminantes.pdf>. Acesso em nov. 2013.

LUDEWIGS, Thomas, et al. Introdução aos sistemas agroflorestais: Um guia técnico, Apostila do educador Agroflorestal. Disponível em: http://media0.agrofloresta.net/static/mochila_do_educador_agroflorestal/apostila_do_educador_agroflorestal-arboreto.pdf Acesso em 13 jan. 2014.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy, **Educação do campo e políticas públicas para além do capital: hegemonia em disputa**, tese de doutorado, UnB, 2009, 306f. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4819/1/tese%20completa%20com%20as%20primeiras%20paginas.pdf> Acesso em out.2013.

NOGUEIRA, Maria Alice, **Educação, saber e produção em Marx e Engels**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PATRICIO, Daniela silva, Educação e gênero: uma discussão para além da inclusão igualitária. Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CC06.pdf> Acesso em fev.de 2014.

PLANK, David N. **Política Publica no Brasil: Caminhos para a salvação pública**, Porto Alegre, editora Artimed, 2001.

PINTO, João Bosco. A Educação de Adultos e o desenvolvimento rural. In. BORDENAVE, J. D.; WERTHEIN, J. (Orgs.). **Educação rural no terceiro mundo: competências e novas alternativas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Plano de Desenvolvimento do Institucional Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Resolução 02/CONSUP/IFRO, de 26/06/2009.

Políticas Públicas Educacionais, Org., ROSARIO, Maria José Aviz do Rosário e Ronaldo de Lima Araújo – Campinas, SP: Editora Alínea, 2ª edição, 2011.

RAMAL, Camila Timpani, **O ruralismo pedagógico no Brasil: revisitando a história da educação rural**. Histedbr, s.d. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/e2qdukOb.pdf. Acesso em out. de 2013.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos, **História da educação brasileira: a organização escolar**. Ed. - São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. (Coleção educação contemporânea).

RODRIGUES, Caroline Leite, **Educação no meio rural: Um estudo sobre salas multisseriadas**, dissertação de mestrado, 209 f. UMG, 2009.

SÁ, Jean Magno Moura, **O público e o privado no ensino agrícola no maranhão: do início ao ruralismo pedagógico**. S.d. p. 01-25. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/.../ptGIPUEN.doc. Acesso em 20 de maio de 2014.

SANCHES, Maria Cristina, **Políticas públicas: regulamentação do ensino técnico profissional na era Vargas (1930-1945)**. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia apresentado à Universidade Estadual de Maringá. 52 f. 2012.

SANTOS, J. R. **Da educação rural à educação do campo: um enfoque sobre as classes multisseriadas**. Artigo apresentado no IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. ISSN 1982-3657, 2010.

SANTOS, Ramofly Bicalho, **Histórico da educação do campo no Brasil: educação do campo, trabalho e movimentos Sociais.** p. 01-12, 2012. Disponível em: <http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santos.pdf>. Acesso em dez.2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias em educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política** (Coleção polêmicas do Nosso Tempo: vol. 5). 37. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SILVA, Edna Lúcia, **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 3. Ed. rev. atual. 121p – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Marineide de Oliveira, et. Al. **A educação rural e o ideário dos ruralistas pedagógicos,** Histedbr, s.d. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/PtO9AuJK.pdf. Acesso em nov. de 2013.

SILVA, Maria do Socorro, **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história.** http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao%20do_campo%20_e_desenvolvimento_%20sustentavel.pdf. Acesso em 15 de out. 2012.

VIANA, Claudia Pereira, UNBEHAUM Sandra, **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988 - 2002** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 77 p. 77-104, jan./abr. 2004 Acesso em fev.2014

7 ANEXOS

Anexo 01 -- Questionário perfil censitário- alunos



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Prezado aluno,

O objetivo da pesquisa que estou realizando é identificar e discutir **os desafios enfrentados pelos alunos, que são filhos de agricultores, quanto ao ingresso e a permanência deles no IFRO/Campus Ariquemes.** Nestes termos, a presente entrevista servirá como instrumento para coleta de dados.

1. Identificação

1.1 Sexo:

Masculino Feminino

1.2 Idade

17 Anos 18 Anos 19 Anos 20 Anos

2. Moradia

Município: _____ Zona Rural Zona Urbana

Outros: _____

Estado: Rondônia Outros

Distância entre o município e o campus Ariquemes:

Km _____

2.1 Moradia:

Com a família Alugada Reside com outros familiares

Residência Estudantil

2.2. Recebe algum tipo de benefício para estudar? Qual?

Anexo 02 -- Questionário perfil censitário – membro da família



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Prezado membro da família,

O objetivo da pesquisa que estou realizando é identificar e discutir **os desafios enfrentados pelos alunos, que são filhos de agricultores, quanto ao ingresso e a permanência deles no IFRO/Campus Ariquemes**. Nestes termos, o presente questionário servirá como instrumento para coleta de dados.

1 - Membro da família: () pai () mãe () irmão () outros_____

1 - Idade: _____

2 - A família é composta por quantos membros?

3 - Qual principal atividade geradora de renda da família?

4 - Renda familiar:

() Até um salário mínimo () Até 02 salários mínimos () Até 03 salários mínimos

() Até 5 salários mínimos () Até 10 salários mínimos () mais de 10 salários mínimos

6 - A propriedade é: () Própria () Alugada () Cedida () Outros_____

7 - Escolaridade:

Ensino Fundamental: () cursando () completo () incompleto

Ensino Médio: () cursando () completo () incompleto

Ensino Superior: () cursando () completo () incompleto

8 - a família recebe algum benefício do governo? Qual?

Anexo 3 – Roteiro de entrevista com Alunos (Flexível)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Prezado Aluno,

O objetivo da pesquisa que estou realizando é identificar e discutir **os desafios enfrentados pelos alunos, que são filhos de agricultores, quanto ao ingresso e a permanência deles no IFRO/Campus Ariquemes.** Nestes termos, a presente entrevista servirá como instrumento para coleta de dados.

- 1- Como era a escola em que você estudou antes de ingressar no IFRO?
- 2 - O que motivou se inscrever no curso técnico em agropecuária?
- 3 - A família influenciou na escolha de estudar no IFRO?
- 4 - Qual sua opinião a respeito da política pública de ação afirmativa para família de agricultores adotada pelo IFRO em 2011?
- 5 - Descreva sua perspectiva e desafios quanto à permanência no curso?
- 6- Quais as perspectivas de vida em relação à formação profissional e básica?

Anexo 4 – Roteiro de entrevista com membro da família (Flexível)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Prezado membro da família,

O objetivo da pesquisa que estou realizando é identificar e discutir **os desafios enfrentados pelos alunos, que são filhos de agricultores, quanto ao ingresso e a permanência deles no IFRO/Campus Ariquemes**. Nestes termos, a presente entrevista servirá como instrumento para coleta de dados.

Questão 01 – Quais os desafios que a família enfrenta para manter o filho no IFRO campus Ariquemes?

Questão 02 – Qual a sua percepção em relação a educação no IFRO?

Questão 03 - Quais suas perspectivas de vida em relação à formação profissional e básica de seu (sua) filho (a)?